



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITARIO DE MARABÁ
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

LUCIENE DE SOUSA SILVA RAMOS

**SABERES E PRÁTICAS DAS MULHERES NO PROJETO DE
ASSENTAMENTO CASTANHAL ARARAS**

MARABÁ

2016



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITARIO DE MARABÁ
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

LUCIENE DE SOUSA SILVA RAMOS

**SABERES E PRÁTICAS DAS MULHERES NO PROJETO DE
ASSENTAMENTO CASTANHAL ARARAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Campus de Marabá, como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo, com ênfase em Ciências Agrárias e da Natureza.

Orientadora: Prof^ª Msc. Gláucia de Sousa Moreno

MARABÁ

2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Josineide da Silva Tavares da UNIFESSPA.
Marabá,PA

Ramos, Luciene de Sousa Silva

Saberes e práticas das mulheres no Projeto de Assentamento Castanhal Araras / Luciene de Sousa Silva Ramos ; orientadora, Glaucia de Sousa Moreno. — 2016.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Educação do Campo, Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Marabá, 2016.

1. Trabalhadoras rurais - Pará. 2. Assentamentos humanos – Aspectos sociais. 3. Posse da terra. 4. Reforma agrária. I. Moreno, Glaucia de Sousa, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 331.483098115



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITARIO DE MARABÁ
CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO**

LUCIENE DE SOUSA SILVA

**SABERES E PRÁTICAS DAS MULHERES NO PROJETO DE
ASSENTAMENTO CASTANHAL ARARAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – Campus de Marabá, como requisito para a obtenção do grau de Licenciado em Educação do Campo, com ênfase em Ciências Agrárias e da Natureza.

Orientadora: Prof^a Msc. Glauca de Sousa Moreno

Defesa pública em:

Banca Examinadora

Conceito:

Prof^a Msc. Glauca de Sousa Moreno
UNIFESSPA – Campus Universitário de Marabá

(Orientadora)

Prof^a. Msc. Ailce Margarida Negreiros Alves
UNIFESSPA – Campus Universitário de Marabá

(Examinadora)

Prof^a. Dra. Maria Neuza da Silva Oliveira
UNIFESSPA – Campus Universitário de Marabá

(Examinadora)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos os meus familiares, que em todas as etapas do curso e da minha vida esteve me auxiliando, e incentivando-me a não desistir do curso, principalmente aos meus pais que estão muito felizes por esta etapa ser finalizada. Dedico também este trabalho a minha sogra que por uma fatalidade da vida não verá este término de trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me abençoar na construção deste trabalho sempre com seu infinito amor.

Aos meus pais, por sempre estar ao meu lado, me apoiando em todas as minhas decisões e escolhas.

Minha irmã, por sempre me ajudar nas horas de dúvida e desespero.

Meu esposo, que sempre me auxilia nos meus trabalhos, seja em forma de apoio moral ou com palavras incentivadoras.

Agradeço também a todos as pessoas (amigos e familiares) que sempre estiveram ao meu lado.

Agradeço imensamente todas as pessoas da comunidade, que se fizeram presentes em todas as minhas pesquisas de campo e auxiliaram-me no desenvolvimento das minhas atividades (especialmente a todas as pessoas entrevistadas da comunidade).

Agradeço a minha orientadora Gláucia de Sousa Moreno, que sempre me ajudou, apesar do pouco tempo livre, devido as suas muitas ocupações, foi indispensável as suas orientações para que o trabalho fosse finalizado.

A professora Ailce Margarida, que sempre tirou minhas dúvidas.

Agradeço aos meus colegas de curso e de trabalho, que sempre me incentivaram a terminar o trabalho de conclusão de curso (TCC), especialmente a Roseane Alves que incentivou de forma direta neste término.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	07
RESUMO.....	08
INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO I UM HISTÓRICO PARA O ASSENTAMENTO CASTANHAL ARARAS.....	13
1.1 UM RETRATO PARA O PROJETO DE ASSENTAMENTO CASTANHAL ARARAS.....	20
1.2 UM HISTÓRICO DO GRUPO DE MULHERES DO PROJETO DE ASSENTAMENTO CASTANHAL ARARAS.....	32
CAPÍTULO II PRÁTICAS E SABERES DESENVOLVIDOS PELO GRUPO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO CASTANHAL ARARAS.....	40
CAPÍTULO III REPENSANDO OS DIÁLOGOS: A COMUNIDADE E OS SABERES DO GRUPO DE MULHERES.....	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
REFERÊNCIAS.....	67
ANEXOS.....	69

LISTA DE SIGLAS

ATER- Assessoria Técnica e Socioambiental

CPT- Comissão Pastoral da Terra

CVRD- Companhia Vale do Rio Doce

CEPASP- Comissão de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical Popular

EMATER- Empresa de Assistência Técnica e extensão Rural

FUNAI- Fundação Nacional do Índio

GETAT- Grupo Executivo de Terras do Araguaia/Tocantins

GTZ- Deutsche Gesellschaft Fur Technische Zusammerarbeit

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MIQCB- Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu

PA- Projeto de Assentamento

PDA- Plano de Desenvolvimento do Assentamento

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RB- Relação de Beneficiários

SEMED- Secretária Municipal de Educação

STTR- Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais

UNIFESSPA- Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar os saberes que o Grupo de Mulheres do Projeto de Assentamento Castanhal Araras reconstróem, e se esses conhecimentos tradicionais são praticados no assentamento pesquisado. A metodologia utilizada para desenvolvimento do trabalho é a pesquisa qualitativa por se tratar uma temática que trata das relações sociais e culturais do assentamento e que requer certa sensibilidade para compreender o cotidiano do grupo de mulheres extrativista da castanha-do-pará e cupuaçu. Este trabalho está organizado da seguinte maneira: apresentaremos o histórico do assentamento e do grupo de mulheres construído baseado nas entrevistas e falas de pessoas envolvidas no processo de luta pela posse da terra, além de apresentarmos uma caracterização imediata do assentamento. Logo após apresentaremos as práticas e saberes desenvolvidos pelo grupo de mulheres do Assentamento Castanhal Araras discutindo e refletindo com alguns autores que trabalham a temática, em seguida em forma de relatório apresentaremos momentos de um projeto que realizamos na escola José Cordeiro da Silva com a turma de 9º ano do ensino fundamental, cujo objetivo era apresentar aos estudantes os saberes/práticas do grupo de mulheres com o intuito de refletirmos o papel fundamental deste grupo na comunidade.

Palavras-chave: Assentamento Araras, Luta pela terra; Mulheres; Saberes/Práticas, Sudeste do Pará.

INTRODUÇÃO

O Projeto de Assentamento Castanhal Araras possui em suas características peculiares, a atividade extrativista da castanha-do-pará e cupuaçu. Esta atividade proporciona aos moradores do assentamento um aumento na renda familiar, seja ela adquirida através de comercialização dos frutos ou de produtos derivados da castanha do Pará e cupuaçu. A atividade de transformação dos frutos da castanha e cupuaçu é realizada por mulheres que fazem parte de um grupo do assentamento. Apesar de ser tradição a atividade extrativista da castanha-do-pará e cupuaçu realizada pelo grupo de mulheres do assentamento, é evidente que os saberes do grupo de mulheres sofreu alterações no decorrer dos anos, entretanto, as mulheres não deixaram que os saberes originados do grupo perdessem suas particularidades.

Apesar dos saberes do grupo de mulheres ser vivenciados por moradores do assentamento, seja nos trabalhos realizados em grupo ou individual, é evidente a preocupação das pessoas que se fizeram presentes na luta para desapropriação do local. Neste contexto esta preocupação está atrelada ao desinteresse dos jovens para desenvolvimento das atividades do grupo de mulheres.

Durante os trabalhos de pesquisa para o curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo, foi possível perceber a falta de conhecimento que os estudantes apresentavam em relação os conhecimentos do grupo de mulheres. Neste intuito, o trabalho de estágio intervenção II tinham como principal objetivo apresentar aos estudantes os saberes do grupo de mulheres, bem como experimentar algumas receitas sendo produzidas pelas mulheres juntamente com os estudantes em sala de aula.

A constatação da falta de conhecimento dos estudantes em relação aos saberes do grupo de mulheres e a preocupação dos moradores relacionado a perda da identidade motivou a pesquisa com foco que denominamos de “Saberes e práticas das mulheres no Projeto de Assentamento Castanhal Araras”.

Buscamos através dos autores Hébette (2004) e Gonçalves (2010) compreender o processo de ocupação da Amazônia, usamos também a Buttor e Hora (2010) Hora e Leite (2015), Cerqueira (2015) e Farias (2001) compreender os vários desafios enfrentados por mulheres e movimentos feministas para conseguir os direitos de mulheres trabalhadoras rurais, que eram invisibilizadas por uma sociedade que não valoriza o trabalho feminino na zona rural, usamos também autores como Caldart (2015) Freire (1987/1996), Brandão (2007),

para compreender a relação entre professor e estudante e o diálogo entre os saberes da comunidade e os conteúdos escolares.

Este trabalho está organizado em três capítulos sendo o primeiro nomeado de “Um histórico para o Assentamento Castanhal Araras”, apresentaremos a trajetória histórica do assentamento e do grupo de mulheres. O segundo capítulo está nomeado de “Práticas e saberes desenvolvidos pelo grupo de mulheres do Assentamento Castanhal Araras” onde apresentaremos os saberes, organização e dificuldades enfrentadas pelo grupo de mulheres do assentamento, além de, discorrermos sobre a importância dos movimentos sociais na luta por reconhecimento dos direitos das mulheres. O terceiro capítulo nomeado de “Repensando os diálogos: A comunidade e os saberes do Grupo de Mulheres” relataremos experiências pedagógicas desenvolvidas na Escola José Cordeiro da Silva cujas atividades era apresentar os saberes do Grupo de Mulheres aos estudantes, dialogando com os conteúdos escolares e com a realidade do assentamento.

Este trabalho tem como objetivos Analisar alguns saberes que o Grupo de Mulheres do Projeto de Assentamento Castanhal Araras reconstrói, e se esses conhecimentos tradicionais são praticados no assentamento pesquisado. Construir a história do Grupo de Mulheres partindo da história oral e Analisar as práticas e os saberes desenvolvidos pelo Grupo de Mulheres. Identificar como esses saberes/práticas estão sendo difundidos no assentamento.

O trabalho foi desenvolvido junto ao Grupo de Mulheres extrativista da Castanha do Pará e cupuaçu no projeto de assentamento Castanhal Araras pertencente ao Município de São João do Araguaia, no sudeste do Pará. Utilizamos para este trabalho a pesquisa qualitativa por se tratar de uma temática que trata das relações sociais e culturais do assentamento. Pois de acordo com Minayo (2009)

Ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes. O universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente traduzida em números e indicadores quantitativos. (MINAYO, 2009, p.21)

Escolhemos a pesquisa qualitativa por se tratar de um tema que exige certa sensibilidade para compreensão da realidade vivida pelas mulheres extrativista da castanha-do-pará e cupuaçu. Para um melhor aprofundamento nas pesquisas utilizamos como

metodologia o trabalho de campo, com realização de entrevistas gravadas e observação direta nos trabalhos realizados pelas mulheres. Mynayo (2009) ressalta a importância das entrevistas em uma pesquisa qualitativa:

Entrevista, tomada no sentido amplo de comunicação verbal, e no sentido restrito de coleta de informação sobre determinado tema científico, é a estratégia mais usada no processo de trabalho de campo. Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativas do entrevistador. Ela tem o objetivo de pesquisa, abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vista a estes objetivos. (MYNAIO, 2009, p.64).

A pesquisa aconteceu especificamente no Grupo de Mulheres do P.A Castanhal Araras que é composto por seis mulheres, que trabalha com o extrativismo vegetal da castanha do Pará e do cupuaçu, este grupo foi fundado no ano de 1989, (esta data foi baseada em relatos de mulheres que fazem parte do grupo e de alguns moradores que estava presente nas lutas para posse da terra). Para este trabalho foram entrevistadas quatro mulheres que fazem parte do grupo, e quatro moradores que são representantes do assentamento. A pesquisa de campo para realização do trabalho aconteceu nos períodos dos tempos comunidades (I, VI, VII e VIII) do curso de Educação do campo.

Os motivos que me levaram a pesquisar o grupo de mulheres do assentamento foram: perceber através das pesquisas de campo, que os saberes do grupo de mulheres estavam deixando de ser reconhecidos, e por considerar que estes têm uma importância simbólica e cultural para moradores e jovens da comunidade. Neste intuito, propomos apresentar aos estudantes da Escola José Cordeiro da Silva, o grupo de mulheres que após a desapropriação da área teve um papel importante dentro do assentamento, seja por meio da produção dos produtos para auxiliar na renda familiar, seja pelos saberes adquiridos pelas mulheres no decorrer dos anos.

As ações para desenvolvimento do projeto foram: apresentar e explicar o projeto para a direção da escola e para as mulheres do grupo, em seguida apresentamos o projeto aos estudantes do 9º ano, turma que seria responsável para realizar a pesquisa de campo, no qual os estudantes pesquisariam as receitas do grupo de mulheres. Após as pesquisas de campo realizada pelos estudantes escolhemos duas receitas, para que fossem produzidas pelas mulheres juntamente com os estudantes em sala de aula. Nessa etapa os conhecimentos transmitidos pelas mulheres aos estudantes valorizaram a cultura dos assentados e os saberes que foram adquiridos por elas durante anos de trabalho no grupo. Posteriormente a produção

das receitas, conseguimos juntamente com os estudantes produzirmos um cordel descrevendo as etapas do projeto, além de produzirmos uma cartilha com as principais receitas do grupo de mulheres e do assentamento.

Após terminarmos as etapas do projeto, propus as mulheres construir um histórico para o grupo de mulheres baseado em entrevistas gravadas e conversas informais com participantes do grupo e moradores antigos do assentamento. Nessa etapa realizei quatro entrevistas com mulheres participantes do grupo e quatro entrevistas com os moradores mais velhos e representantes do assentamento entre eles, o presidente da associação e o dirigente da igreja católica.

A sistematização das informações obtidas na pesquisa de campo, tinha o objetivo de construir um histórico para o grupo de mulheres, além de tentar perceber como os saberes obtidos pelo grupo são praticados no assentamento pesquisado, e como esses conhecimentos eram repassados para as outras gerações residentes no assentamento.

CAPÍTULO I - UM HISTÓRICO PARA O ASSENTAMENTO CASTANHAL ARARAS

A partir do final dos anos 50 e início dos anos 60 do século XX, os olhares dos governantes e empresários se voltam para a Amazônia devido à grande variedade dos recursos naturais e minerais existentes no local. Para ocupar a Amazônia o governo brasileiro cria programas e projetos visando a integração da Amazônia, junto aos projetos e criado discursos afirmando o baixo povoamento e o isolamento da área as demais regiões do país, com este discurso o governo brasileiro promove o povoamento e a integração da área, cujos objetivos desta ocupação seria de facilitar e agilizar a exploração dos recursos naturais. Gonçalves (2010) enfatiza esta questão:

Ao mesmo tempo, essa imensa região que abriga tão vastos recursos naturais, é vista como verdadeiro vazio demográfico e, portanto, vulnerável a eventuais pretensões de potências internacionais. Nesse sentido, a região se vê, via de regra, envolvida em debates que giram em torno da complexa questão da soberania nacional. (GONÇALVES, 2010, p. 12).

Este discurso de integração da Amazônia ao restante do país sob o risco dessa área ser internacionalizada por outros países, com isso deu-se origem a implantação da política “integrar para não entregar”, com a ocupação do território amazônico pensado e organizado pelos governantes com o objetivo de povoar e ocupar a área cria-se o discurso de que a “Amazônia era: terra sem homens para homens sem-terra”. A ocupação da Amazônia tinha objetivos certos por parte dos governantes e empresários, era ocupar a área com os projetos de desenvolvimento cuja finalidade destes projetos seria as explorações dos recursos naturais e minerais da região.

As explorações dos recursos naturais e minerais da Amazônia aconteceu de forma desordenada, alterando com isto, a imagem de lugar pouco povoado considerada atrasada por seus colonizadores, colonizar para Hébette (2004) significa: amanssar domesticar.

Essa ocupação da Amazônia trouxe para a região vários problemas, entre eles está: a violência, a mão de obra escrava, desmatamentos desordenados e o inchaço populacional, esta mudança no cenário Amazônico provenientes dos discursos de que na Amazônia não existia gente e que para integra-la ao restante do país seria necessário ocupar a área, para evitar que pessoas de outros países viessem a ocupa-la. Dessa maneira Gonçalves (2010) trata dos seguintes problemas derivados desta ocupação.

Logo a Amazônia se transformou em um cenário de enormes tensões e conflitos onde as antigas imagens que da região se tinha cederam lugar a uma outra devastação, de exploração, de violência e resistência. É esta imagem que vem ganhando o mundo através não só da imprensa, da ação de organizações não governamentais, de lideranças de movimentos sociais e, também de trabalhos científicos. (GONÇALVES, 2010, p. 13)

O discurso dos governantes em afirmar que a Amazônia era terra sem homens, para homens sem-terra, aumentou consideravelmente o fluxo de migração dos nordestinos que não conseguiam mais sobreviver no Nordeste devido à seca. Estas pessoas provindas por meio deste discurso vieram para a Amazônia ocupar o espaço que era considerado pouco povoado lugar de atraso, com o objetivo de ter um pedaço de terra para sustentar suas famílias. No entanto, o que realmente aconteceu foi confrontos violentos com fazendeiros e grileiros que a ocupavam e exploravam a área. Diante disso, Hébette (2004) ressalta que:

Nos anos 1960 e 1970, uma grande corrente de lavradores que não conseguiam mais sobreviver no nordeste, em Minas Gerais, no Espírito Santo alcançou o Pará, em busca de terra. Foram milhares de famílias. Em qualquer lugar onde chegavam foram seguidos por fazendeiros e grileiros que os desalojavam e expulsavam. Passado algum tempo desse constante deslocamento, os migrantes resolveram resistir. Houve intensos confrontos violentos; houve mortes de ambos os lados [...] (HÉBETTE, 2004, p. 37)

Outro fator que aumentou consideravelmente as explorações dos recursos naturais e minerais da Amazônia foi a abertura da rodovia Belém Brasília que ligava a Amazônia ao Sul do país. O considerado “progresso” que estava chegando a Amazônica juntamente com várias empresas que chegaram na região, aumentou em grande escala os fluxos de migração e a comercialização de terras, dessa forma, as pessoas que aqui se encontravam sejam elas, agricultores e indígenas que foram invisibilizadas e expulsas dos seus locais de moradias obrigadas a alterar o modo de vida, de trabalho, vítimas de uma ocupação que, cujo objetivos era a exploração da natureza.

Diante dessa ocupação, e dos numerosos casos de migração que vieram para a Amazônia impulsionados pelas políticas desenvolvimentistas da região, vários foram os conflitos enfrentados para resistir a ideia de abandono ou venda de suas posses. Dessa forma, os agricultores, posseiros que foram afetados por essa política de desenvolvimento, viram a necessidade da criação de associações independentes Hébette (2004) destaca essa questão: Na falta de sindicato confiável, os posseiros tiveram que formar, inicialmente, associações independentes, que se tornaram o lugar de encontro, de discussão de seus problemas e

funcionaram como embrião da resistência coletiva. (HÉBETTE, 2004, p. 193). Essas associações criadas com o objetivo de enfrentar e resistir a violência dos latifundiários na região, fez com que muitas pessoas permanecessem na terra.

As lutas para desapropriação do Projeto de Assentamento Castanhal Araras, aconteceu na década de 80 do século XX, quando os movimentos sociais estavam começando a se intensificar na Amazônia, dessa maneira, várias foram as lutas/disputas enfrentadas pelas pessoas que lutavam para a desapropriação do assentamento. Na época da desapropriação do assentamento foram assentados 92 famílias, por inúmeros motivos que não aprofundaremos somente 12 famílias vindas das lutas e negociações da reserva indígena Mãe Maria residem no assentamento.

O histórico do Projeto de Assentamento (P.A) Castanhal Araras foi construído baseado em relatos de pessoas que se fizeram presente nas lutas, negociações e conquista do assentamento. As entrevistas foram gravadas com pessoas do assentamento, presidente e sócios da associação, representante da igreja católica, estudantes da escola José Cordeiro da Silva e participantes do grupo de mulheres. As entrevistas foram realizadas durante pesquisas do tempo comunidade do curso de Licenciatura em Educação do Campo para subsidiar algumas questões como: A luta pela terra, organização do grupo para a desapropriação da área e projetos de desenvolvimento que este grupo conseguiu para o Assentamento Castanhal Araras.

De acordo com o senhor Raimundo Barbosa em conversas informais o Castanhal Araras foi resultado de luta/disputa entre os trabalhadores rurais, e os grandes proprietários de terras. No ano de 1975, aproximadamente 250 famílias ocuparam a então conhecida como reserva indígena Mãe Maria, na época da ocupação da área esta terra pertencia ao município de São João do Araguaia, nos dias da pesquisa a reserva indígena Mãe Maria pertencia ao município de Bom Jesus do Tocantins, pois de acordo com informações o município de Bom Jesus do Tocantins só veio a ser considerado a categoria de município no ano de 1998 sob a lei nº 5.454 (PEREIRA, 2004, p. 36).

Em 1979 após anos de luta pela terra, parte da área do latifundiário João Anastácio de Queiroz foi desapropriada pelo Grupo Executivo das Terras do Araguaia/Tocantins (GETAT), dividindo a área em 45 lotes. A partir de 1984 outras famílias começaram a ocupar

terras circunvizinhas à área indígena, esta área segundo o entrevistado Raimundo Barbosa pertencia na época da ocupação à união.

A partir de 1986 o governo decidiu acrescentar 53.000 mil hectares para as terras indígenas da reserva Mãe Maria, essas terras em que o governo declarou pertencer aos povos indígenas estavam ocupadas pelos trabalhadores rurais. O senhor Raimundo Barbosa conta os detalhes da ocupação da área indígena Mãe Maria:

[...] O histórico da ocupação pra chegar no Araras se deu por várias etapas, Mãe Maria foi o alvo principal, porque nos ocupamos Mãe Maria inclusive realmente não era indígena e depois o governo federal passou a área e complementou a área com 53000 hectare inclusive a área onde nos estava ocupando ficou localizada nesta área, mas realmente no começo da ocupação não era área indígena, só em 78, só em 78 já em 95 o governo Sarney na época o Sarney era presidente complementou a área indígena com 53000 hectare [...]. (RAIMUNDO BARBOSA, 2015)

A partir disso, entre índios, sindicato e Comissão Pastoral da terra (CPT) foi firmado um acordo, cujo objetivo era pressionar o Governo Federal para retirada dos trabalhadores da área indígena garantindo um local para receber as famílias. O senhor Raimundo Barbosa descreve este processo em entrevista:

O P.A foi o seguinte, ele teve uma briga muito grande na extremidade da ferrovia que não era área indígena, até 85 essa área não era indígena mais, como os índios pretendia aumentar a área o governo Sarney aumentou mais uma quantidade de terra, inclusive pegou a área em que nós estava alojado né, como tinha aquela questão da ferrovia, aí os índios começaram a pressionar pra gente sair, começaram a pressionar o governo pro governo colocar agente noutra canto, eles disseram pra gente mesmo, nós não queremos que vocês perda o direito de vocês, porque nós sabe que essa área não era nossa, porque nós tentou até pegou onde vocês estavam, então, agora nós vamos lutar pra que vocês seja remanejados para outra área, e aí nessa intenção foi bom que agente juntou os índios e os ocupantes da área e conseguimos chegar até o Araras, isso na pressão encima da Vale do Rio Doce e o governo porque eles é que estavam envolvidos na questão aí a gente conseguiu a desapropriação do Araras para poder remanejar agente pra cá, (RAIMUNDO BARBOSA, 2011).

Entretanto, a área ocupada pelos agricultores próximos da reserva, era local de muito interesse da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), pois no local onde os agricultores estavam acampados passava a ferrovia, e a CVRD não queria que os trabalhadores atrapalhassem o desenvolvimento do projeto.

Os agricultores se organizaram com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de São João do Araguaia, CPT e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para estrategicamente pressionar o Governo Federal para a remoção das famílias e pressionar a CVRD a assumir as despesas com relação ao acampamento e ao Projeto de Assentamento

para onde as famílias fossem remanejadas. As negociações entre a CVRD e a FUNAI para a retirada das famílias do local estavam acontecendo, mais a retirada não seria possível, se a negociação com o GETAT não tivesse resultados positivos para ambas as partes envolvidas na negociação, FUNAI, CVRD, GETAT, STTR e CPT.

Durante a negociação com a CVRD, foi acordado que as famílias acampadas na reserva não sairiam sem a certeza de uma área, onde pudessem desenvolver suas atividades agrícolas. Na qual, assumiu a responsabilidade do acampamento e a remoção das famílias para o assentamento, a desapropriação da área para onde as famílias foram remanejadas foi responsabilidade também do GETAT.

No entanto, a CVRD iniciou uma nova negociação, e dessa vez era com as famílias que estavam acampadas na reserva, o acordo proposto pela empresa para os agricultores era para que eles aceitassem sair da área sem resistir ou sem causar problemas, em troca a empresa juntamente com a FUNAI, o GETAT e o STTR iriam procurar um local em condições de ser desapropriado para atender as demandas das famílias que se encontravam na reserva, a CVRD e a FUNAI forneceria para as famílias cestas básicas durante o tempo necessário de acampamento, e algumas obras de infraestruturas implantadas na área onde seria desapropriada.

De acordo com o relato do senhor Luiz Gonzaga em entrevista, ressalta que: quando nós negociamos com a Vale e a FUNAI, pois a Vale propôs entregar a área com toda obra de Infraestrutura: colégio, posto de saúde, delegacia sindical e uma cantina comunitária. No entanto, para que o acordo se concretizasse foi necessário os agricultores pressionarem as empresas envolvidas nas negociações.

Antes do remanejamento das famílias para a área “desapropriada”, a CVRD fez uma proposta para diminuir despesas, pois o Governo federal desapropriaria a área e a CVRD arcaria com as despesas necessárias no local desapropriado, a empresa propôs indenizações as famílias que não se interessavam pela terra, no intuito de diminuir a quantidade de terra a ser comprada. Essa proposta elaborada pela CVRD foi, de acordo com o relato do senhor Raimundo Barbosa:

Na ocupação era 245 famílias pra vir pro Araras, como a Vale não tinha condições de comprar terra pra todo mundo, ela fez uma armação e o pessoal caiu, uma parte eles indenizaram e as outras decidiram vir para o Araras, que eles colocaram tipo armação, quem quisesse vir pra cá vinha e quem não quisesse eles indenizavam com uma micharia, que na época não era nada, o valor era pequeno e aí muitos

companheiros acharam que o dinheiro que eles botaram era um valor elevado, aí se embebedaram com aquilo e foram indenizado com isto, e a outra parte no total de 72 famílias vieram direto pra cá, (RAIMUNDO BARBOSA, 2011) .

Outras famílias não aceitaram essa proposta e resistiram à ideia de pagamento pela terra e pelas benfeitorias, então os trabalhadores para pressionarem a empresa a cumprir o acordo, ocuparam a sede do GETAT em Marabá pelo período de junho a dezembro de 1987. A resistência dos posseiros na área acarretou na queima dos barracos e em conflitos locais, além de serem presos inúmeras vezes, também perderam seus pertences. Na maioria das vezes, os aprisionados eram liberados dois ou três dias depois, com a ajuda dos advogados do STTR e da Igreja Católica de Marabá.

Houve muita resistência dos posseiros, o superintendente do GETAT vendo que não tinha opção e que os posseiros não iam desistir do objetivo que era conseguir uma terra para sustentar suas famílias, então a CVRD e a FUNAI juntamente com o superintendente do GETAT em combinação com o STTR de São João do Araguaia-PA e a CPT, apresentou em assembleia para os agricultores, as fazendas: Castanhal Araras, pertencentes ao Sr. Oscar Miranda; Prata, pertencente à família Ferreira, de São João do Araguaia; e a Pastoriza, pertencente ao Sr. Carlos Chamier, de Marabá. Assim, foi escolhida em assembleia a fazenda Castanhal Araras para ser apropriada pelos agricultores que estavam acampados na reserva indígena Mãe Maria.

O processo de desapropriação da Fazenda Castanhal Araras ocorreu 1987, esta data foi baseada em relatos das pessoas entrevistadas, sendo que existe contradição quanto á mesma, mais levando em consideração a data em que é realizada a festa de comemoração do aniversário do assentamento, esta aponta para 1987 como segundo Delgado (2006, p.41), ressalta “[...] dinâmica, memórias individuais e memórias coletivas encontram-se, fundem-se e se constituem como possíveis fontes para a produção do conhecimento histórico”.

A demarcação dos lotes e a escolha do nome do assentamento aconteceu na mesma época em que as famílias foram remanejadas da reserva indígena Mãe Maria para a fazenda Castanhal Araras, sendo questionada por algumas famílias, apenas o tamanho dos lotes destinados a cada família e o nome que receberia o Projeto de Assentamento. Nesse período aconteceu muitos debates entre representante do sindicato e os agricultores para escolha do nome, o qual foi decidido por unanimidade que o Projeto de Assentamento receberia o nome

de Castanhal Araras, devido ao local possuir em abundância grandes áreas de castanhais e bastante araras, além da fazenda já ser conhecida pelo nome escolhido pelos agricultores.

Dentro do assentamento as famílias se organizaram em grupos, de acordo com as estradas vicinais: na vicinal 01, o grupo 01 e assim sucessivamente, até o grupo 05. O grupo 06 foi formado em uma área próxima da fazenda que, em 2000 foi desapropriado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no qual foi nomeado de 21 de Abril, que tem em média 48 famílias assentadas, deixando de fazer parte do assentamento Castanhal Araras e passando a ser um assentamento vizinho. A organização das pessoas em grupos no assentamento tinha como objetivo facilitar a comunicação e a realização de levantamentos sócios econômicos do assentamento. Então com as famílias trabalhando em grupos seria mais fácil. O Senhor Raimundo Barbosa explica que:

No tempo em que a gente teve no INCRA acampado no INCRA a gente começou a pensar como seria a chegada nossa no assentamento e aí, a gente já tinha um plano quando chegamos aqui no assentamento organizar uma associação e começar a pensar e organizar as famílias por isso que no nosso livro de histórico (...) ele tem dividido 5 grupo, então a primeira coisa que foi feita foi a fundação da associação e logo depois a organização dos grupos pra ficar mais fácil pra administrar fazer um levantamento sócio econômico ficava mais fácil pra se fazer, e foi isso, a gente ficou muito tempo em torno de 10 a 12 anos nessa condição trabalhando em grupo então foi organizado as famílias dessa maneira, (RAIMUNDO BARBOSA, 2015).

É interessante notar que o assentamento Castanhal Araras recebeu bastante investimento para a estruturação do assentamento, seja por meio das empresas e órgãos envolvidas nas negociações (FUNAI, CVRD e o GETAT), ou por meio de projetos que foram adquiridos através de prestadora de serviços, na época a Empresa de Assistência Técnica e extensão Rural (EMATER) no intuito de transformar o assentamento Castanhal Araras em um “assentamento modelo” e que esse investimento só foram possíveis através de lutas e negociações e da organização dos assentados. Projetos estes, que por vários motivos não deram certo, devido os agricultores não possuírem os conhecimentos relacionados ao gerenciamento das atividades. O senhor Raimundo Barbosa explica:

Olha pra história de assentamento talvez esse seja um privilegio pro Araras porque foi um dos assentamentos que mais recebeu recurso do Governo Federal isso não tem dúvida porque todos os recursos que precisava colocar num assentamento pra estrutura nós recebemos não foi aproveitado porque não por causa de maldade mais por causa de entendimento mais por causa de não saber administrar ele se desfez e não funcionou nenhuma dessa infraestrutura que foi colocada aqui talvez não e por causa de maldade mais porque as pessoas não ter pratica não saber administrar ele terminou sumindo da comunidade e não funcionou (RAIMUNDO BARBOSA, 2011).

Entretanto, vários desencontros ocorreram por falta de conhecimentos administrativos dos agricultores, os projetos implantados era diferenciado das atividades realizada no assentamento, o senhor Luiz Gonzaga ressalta em entrevista:

O que não deu certo é o seguinte é aquela história às vezes dinheiro vêm muito, mais são poucos administradores, pessoas que não sabe administrar, e onde não têm administração já sabe o que acontece, foi o que aconteceu aqui, hoje está diferente demais, as coisas não permaneceram, não tiveram grandes multiplicações nas coisa que foram implantadas nos projeto que foram recebidos, não teve grande durativo ou seja, não teve administração (LUIZ GONZAGA, 2011).

Entretanto, o Assentamento Castanhal Araras necessita de projetos que venham restaurar outros que não deram certo, devido à falta de informação que os agricultores não tinham naquela época. O assentamento, durante a pesquisa, apresentava fragilidade em relação aos sistemas produtivos, problema este, considerado pelas pessoas do assentamento muito difícil de resolver, devido à falta de investimento por meio do Governo Federal.

O subtema a seguir apresenta a caracterização imediata do Projeto de Assentamento Castanhal Araras, descrevendo em detalhes o que aconteceu com obras de infraestruturas (escola, posto de saúde, delegacia sindical, cantina comunitária, casa da indústria de derivados de castanha-do-pará e cupuaçu) além do projeto integrado pertencente a um grupo de famílias de 33 unidades que por ser assim, foi adquirido um lote e financiamento para o mesmo, bem como, religiosidade e lazer do assentamento.

1.1 UM RETRATO PARA O PROJETO DE ASSENTAMENTO CASTANHAL ARARAS

As negociações entre STTR, GETAT, FUNAI, CVRD, CPT e os trabalhadores rurais possibilitou aos agricultores uma melhor estrutura do assentamento, pois foi negociado com a CVRD vários prédios cujo objetivo, seria a melhoria das famílias, as estruturas construídas foram: a escola, Delegacia Sindical, utilizada para as reuniões da comunidade, posto de saúde, que funciona para campanhas de vacinação e diariamente meio período atendido por uma auxiliar de enfermagem, uma cantina comunitária onde os agricultores armazenavam os produtos agrícolas produzidos na comunidade e um poço artesiano para dar suporte as estruturas.

O assentamento Castanhal Araras desde sua desapropriação recebeu projetos e obras de infraestruturas necessárias, para que fossem implantados no assentamento modelos de atividades produtivas que não agredisse em grande escala o meio ambiente, mas que por falta de informação dos responsáveis dos projetos para os agricultores esses projetos não deram certo, os motivos que levaram esses projetos não funcionarem da maneira planejada foi: projetos pensados de cima para baixo, ou seja, as pessoas envolvidas na criação dos projetos não levaram em conta os conhecimentos empíricos das pessoas que desenvolveriam as atividades propostas pelos projetos.

Depois de desapropriado, o assentamento, os agricultores conseguiram construir outros prédios, conquistados a partir da Caixa Agrícola (Associação vigente na época) um projeto de desenvolvimento integrado. Esse projeto aconteceu no ano de 1999, destinado à instalação e obras diversas nas quais se incluem: casa onde funcionaria o laticínio (estrutura e instalação), casa para fabricação de ração animal (estrutura instalação), aviário para criação de galinhas (estrutura e instalação), pocilga para criação de porcos (estrutura e instalação), poço artesiano para fornecimento de água e uma extensão de 250 metros com instalação em todos os prédios, além de várias máquinas agrícolas como: trator agrícola equipado (lamina, grade, arado, plantadeira e adubadora), caminhão, 40 forrageiras e além disso, com o valor que sobrou do recurso do projeto os agricultores decidiram comprar um trator de esteira, para atender as necessidades dos mesmos nas atividades agrícolas.

O projeto tinha como objetivo principal, incentivar os agricultores a trabalhar com diferentes atividades desde a criação de pequenos animais, como aves até a criação de animais de grande porte, como bovinos, dessa forma, a modificação nas atividades produtivas do assentamento que antes se dava pela forma tradicional de uso: roça de corte e queima com formação de juquia e capoeira e com a coleta da castanha do Pará e cupuaçu direcionada a venda. É importante ressaltar que estes projetos não funcionaram por vários motivos entre eles, a falta de experiência em gerenciar um projeto desse porte, a falta de organização e o fato dos envolvidos no projeto, a Assessoria Técnica e socioambiental (ATER) e os agricultores, não assumirem suas respectivas responsabilidades. Os prédios construídos para este projeto estão em ruínas, cobertos de mato, servindo somente para moradia de cupins, morcegos, camaleões e outros animais. As fotos a seguir demonstram o que descrevo no parágrafo

supracitados.



Figura 01: Aviário.
Fonte: trabalho de campo, 2011.



Figura 02: Pocilga.
Fonte: trabalho de campo, 2011.



Figura 03: Laticínio.
Fonte: trabalho de campo, 2011.



Figura 04: Casa da ração.
Fonte: trabalho de campo, 2011.

Os agricultores também conseguiram um financiamento por uma entidade não governamental para construção do prédio destinado a mini-indústria de beneficiamento dos derivados. A empresa que financiou a construção da mini-indústria segundo alguns entrevistados foi a Deutsche Gesellschaft Fur Technische Zusammenarbeit (GTZ) em parceria com a Comissão de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical Popular (CEPASP), a GTZ era uma entidade Alemã sem fins lucrativos, e ao visitar o assentamento na época, viu a necessidade das mulheres que não tinha um lugar adequado para desenvolverem suas atividades. Em conversas com a direção do assentamento na época ficou acertado que a mesma iria financiar o valor da construção, e após um período de seis meses esse recurso foi disponibilizado, para que o CEPASP realizasse a construção do prédio. A foto a seguir mostra o prédio da cantina comunitária do assentamento.



Figura 05: Cantina comunitária.
Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Após a construção da mini-indústria foi conquistado um convênio com o governo brasileiro para a compra dos equipamentos necessários para o funcionamento da mini-indústria, cuja finalidade para este prédio, era o beneficiamento dos frutos do cupuaçu, castanha-do-pará, acerola, açaí e maracujá, atividade que é, desenvolvida pelo Grupo de Mulheres do assentamento. Também nessa mesma época foi construído um poço artesiano para facilitar no modo de produção. O Senhor Raimundo Barbosa enfatiza essa questão:

Aquele prédio foi um projeto do Plano de Desenvolvimento do assentamento (PDA), que a caixa agrícola naquela época era a associação vigente daqui e agente conseguiu fazer aquela estrutura lá, e aí funcionou bastante tempo produzindo doce, geleia os derivados do cupuaçu e da castanha do Pará naquele prédio. (RAIMUNDO BARBOSA, 2011).

A prefeitura municipal em parceria com o INCRA construiu duas escolas, estas escolas ofertariam o ensino fundamental menor, ou seja, os níveis ofertados seriam da educação infantil ao 5º ano. Durante a pesquisa somente uma das escolas construídas pela prefeitura municipal de São João do Araguaia estava funcionando, a outra foi desativada porque o número de alunos não foi suficiente para formação de uma turma, sendo assim, estes alunos foram remanejados para escolas vizinhas do assentamento. As fotos abaixo apresenta as escolas do assentamento.



Figura 06: E.M.E.F. Balbina Pereira Costa
Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

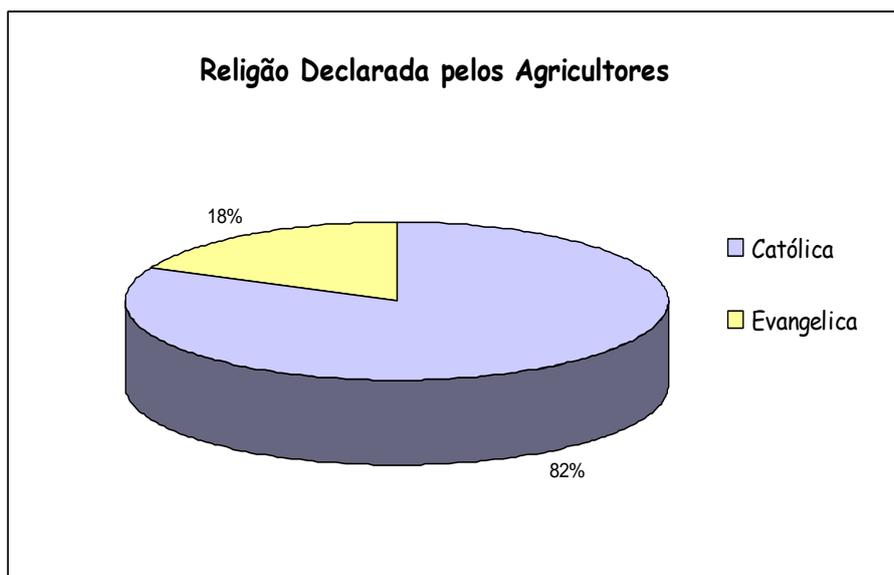


Figura 07: E.M.E.F. Antonio Moraes
Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

Outras estruturas construídas pela própria comunidade foram: três Igrejas, uma Católica Apostólica Romana e duas Assembleia de Deus, os objetivos dos agricultores e pessoas envolvidas na construção era o encontro das pessoas nos finais de semana. É neste local que as pessoas da comunidade se encontram para fortalecer a fé em Deus e os laços de amizade entre si, e assim poder refletir mais sobre suas vidas.

Através de conversas informais com moradores antigos da comunidade e baseado em uma pesquisa de campo realizada no ano de 2007, pela educadora Moreno na comunidade, os elementos através da pesquisa apontam que 82% das pessoas da comunidade frequentavam na época a Igreja Católica da comunidade, e 18% das pessoas frequentavam a Igreja protestante Assembleia de Deus. Afirma Moreno (2007) através do gráfico a seguir:

Gráfico 01: Religião declarada pelos Agricultores



Fonte: Moreno, Pesquisa de campo, 2007.

Através das pesquisas de campo 2014 e 2015 do Curso de Licenciatura em Educação do Campo, foi possível perceber que houve mudança em relação a religiosidade da comunidade, percebe-se que as pessoas que moram na comunidade frequentam mais as igrejas protestantes da Assembleia de Deus, é comum notar o aumento em relação não somente ao número de participantes mais também ao número de igrejas construídas no assentamento, pois antes havia apenas um prédio, da Igreja Católica, no momento da pesquisa existia mais dois, sendo esses de igrejas protestantes Assembleias de Deus. As fotos abaixo apresenta os prédios das igrejas que foram construídas pelos moradores do assentamento.



Figura 08: Igreja Assembleia de Deus
Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

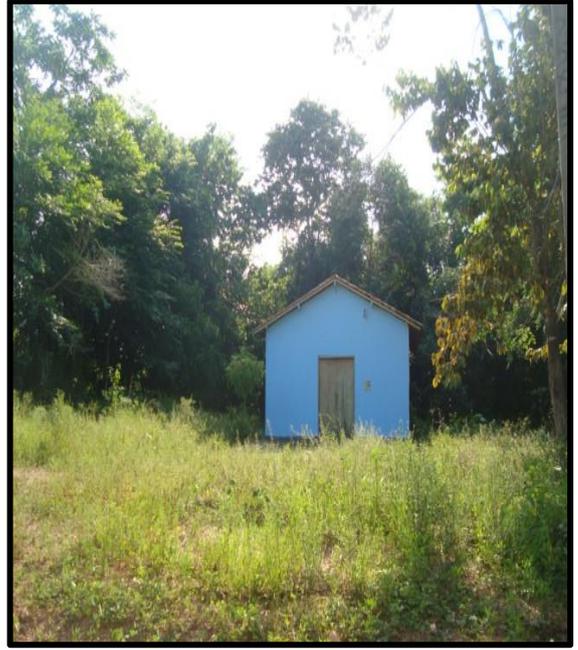


Figura 09: Igreja Católica
Fonte: Trabalho de Campo, 2011.



Figura 10: Igreja Assembleia de Deus
Fonte: Trabalho de Campo, 2012

Outro lugar bastante frequentado pelos jovens da comunidade e visitantes são os campos de futebol existentes na comunidade, locais estes que são utilizados pelas escolas para as aulas de Educação Física, torneios realizados pelas escolas e por jovens da comunidade que

utiliza os campos de futebol para diversão nos fins de tardes e finais de semana. A foto abaixo é o local preferido dos jovens.



Figura 11: Campo de futebol.
Fonte: Trabalho de campo, 2011

O Assentamento Castanhal Araras tem um diferencial comparado a maioria dos assentamentos do Município de São João do Araguaia. O rio Araguaia está localizado nos fundos do assentamento, e torna-se no período seco o ponto turístico mais frequentado por visitantes e integrantes da comunidade, com essa localização privilegiada as visitas à beira do rio são constantes, nos finais de semanas e nas férias escolares. A foto abaixo mostra uma das belezas do assentamento.



Figura 12: A beira do rio Araguaia.
Fonte: Trabalho de campo, 2011.

O relevo do assentamento Castanhal Araras se apresenta de forma suavemente ondulado, com poucas áreas de matas, poucas áreas de capoeira, e grandes áreas de pastagem. O assentamento é banhado por três riachos conhecido popularmente pelos agricultores como: Ubá, Grotão da Onça, e Cabeças Dantas, riachos estes que no início do assentamento durante a estiagem viravam grandes poças de água servindo para alimentar os animais nos lotes em que recebia o curso da água, nos dias da pesquisa os agricultores reclamam afirmando que essas poças de água não permaneciam durante o período em que diminui a quantidade de chuva na região.

A paisagem do assentamento sofreu grandes transformações no decorrer dos anos, essas mudanças foram se agravando devido os moradores alterar os meios de produção. Os meios de produção utilizados no início do assentamento era basicamente o extrativismo vegetal (a coleta da castanha-do-pará, cupuaçu, e do açaí) atividade estas desenvolvidas pelas pessoas do assentamento durante muitos anos. Com o passar dos anos, os meios de produção foram alterados, o extrativismo vegetal deixou de ser o único meio de produção do assentamento, para acontecer a inserção das plantações de lavouras brancas e criação de animais. Estas mudanças nos sistemas produtivos ocasionaram grandes derrubadas da cobertura vegetal, para implantação de pastagens. No cenário atual da paisagem do assentamento, a maioria dos lotes se apresenta com mais de 80% de pastagem. Estas

modificações na paisagem é um sério problema enfrentado pelas pessoas do assentamento. O senhor Francisco Rodrigues da Silva relata como era antigamente as paisagens do assentamento:

Era toda mata virgem, a abertura que tinha aqui era as estradas, era toda mata virgem não tinha uma abertura, ai com o tempo foi que começemos abrir, e hoje tá nessa situação quase não tem mais mata, o povo não pensou no futuro em preservar o meio ambiente que era as coisas que tinha que pensar, que nos tinha que abrir era 50% da área mais muitos deles não guardou os 50%. (FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA, 2011).

Os vários projetos de incentivos recebidos pelos agricultores facilitaram essas modificações na paisagem do assentamento. Pois os projetos conseguidos para o assentamento fortaleciam o novo sistema de produção adotado pelos agricultores, que era a agricultura e a pecuária, os projetos que os agricultores receberam foram: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF A) e o Projeto Integrado que tinha como objetivo alterar os meios de produção desenvolvidos pelas pessoas do assentamento.

Esta mudança dos meios de produção alteraram a paisagem do assentamento, ocorreu de forma notável por parte dos agricultores, em entrevista e conversas informais com alguns agricultores eles reclamam que o solo do assentamento já não é tão rico como antes, e também o período seco está cada vez mais intenso, chegando até secar riachos, açudes e poços que antes não secavam, o que acaba dificultando a produção de alimentos em hortas e criação de pequenos animais como porcos, patos e galinhas, atividades comumente desenvolvidas no assentamento. O Senhor Raimundo Barbosa relata em entrevista a diferença da produção quando chegaram no Assentamento, e como está nos dias da pesquisa:

[...] Porque na época em que chegamos aqui agente botava uma roça, botava dez linhas de roça ela dava 150, 130 até 160 sacos de arroz, hoje dá 50 dá 60, então se não modificar o meio de produção não vai produzir, muita gente tá produzindo só simplesmente para alimentação da família talvez não dá, ainda não dá, tem família que é obrigado a comprar no mercado fora, porque a produção dele não tá dando condições dele de produzir [...] (RAIMUNDO BARBOSA, 2011).

É importante destacar, que no assentamento as atividades produtivas e as diferentes fontes de renda utilizadas pelos moradores são variadas, dentre elas: o extrativismo vegetal (coleta do cupuaçu, castanha-do-pará, açaí, maracujá e acerola), o cultivo das frutíferas

(produção de polpa e venda dos frutos), o cultivo em roças (produção do arroz, feijão e milho) além da criação de animais (gados, bodes, porcos galinhas e patos).

Quanto aos produtos cultivados nas roças, são utilizados somente na alimentação da família, devido a produção ter diminuído. Outra atividade predominante entre os moradores do assentamento é a pecuária, eles criam bovinos e caprinos, vendem o leite para o laticínio em São Domingos do Araguaia, e os bezerros são vendidos para atravessadores para manter a sobrevivência da família.

Outro marco do assentamento são as festas promovidas com ajuda de toda comunidade e representantes, entre as festas está a Feira Cultural das escolas do Castanhal Araras que é organizada e planejada pelos funcionários, pais e estudantes. Esta festa apresenta como tema principal a cultura local e regional (comidas típicas, bebidas, danças, e artesanatos produzidos pelos próprios estudantes), a festa do aniversário do assentamento também é promovida por toda população e tem como objetivo principal comemorar e expor os produtos da própria comunidade (licor e doce de cupuaçu, bolos e a castanha cristalizada). O festejo da Igreja católica também é muito importante no assentamento e o principal objetivo deste, é criar uma relação de fraternidade entre as pessoas e Deus, além de divulgar produtos do local.

O patrimônio ecológico, é uma área de dez alqueires destinado a criação da vila, além disso, tinham o objetivo de preservar uma área de mata com todas as características igual a época em que as famílias vieram para área, com abundancia nos recursos naturais (muitas árvores de castanha-do-pará, cupuaçu, além de outras espécies de madeiras). Esta área também tinha como objetivo reunir em um único local todas as obras de infraestrutura conseguidas através das negociações (escola, posto de saúde, delegacia sindical e cantina comunitária) e outras que viessem a ser construídas futuramente como é o caso da mini-indústria das Mulheres, poço artesiano e as Igrejas Católicas e Assembleias de Deus.

Dentro da área do patrimônio Ecológico criaram uma vila, pois alguns pais dos alunos que frequentavam a escola do assentamento não moravam tão próximos, com este local reservado para a construção da vila as famílias que tinham dificuldade em levar as crianças até a escola, construiriam uma casa na área da vila, facilitando e diminuindo o caminho a ser percorrido pelas crianças até escola. A foto abaixo mostra a área do Patrimonio Ecologico e uma das obras de infraestrutura.



Figura 13: Área do patrimônio ecológico.
Fonte: Trabalho de Campo, 2011.

As mudanças nas paisagens do Assentamento são visíveis, pois quando os agricultores derrubam as matas para plantações dos produtos alimentícios, após a colheita os agricultores plantam o capim para criação de bovinos, atividade bastante praticada no local.

Contudo, apesar dos grandes investimentos que o Projeto de Assentamento Castanhal Araras conseguiu através das parcerias, conflitos e lutas, não foi suficiente, para que os agricultores conseguissem desenvolver as atividades proposta em cada projeto. Esta grande infraestrutura construída no assentamento não passou de casas abandonadas sem nenhuma utilidade econômica para a comunidade.

O próximo item desse trabalho irá relatar o percurso histórico do Grupo de Mulheres do Projeto de Assentamento Castanhal Araras, bem como os desafios enfrentados para manter o grupo.

1.2 UM HISTÓRICO DO GRUPO DE MULHERES DO PROJETO DE ASSENTAMENTO CASTANHAL ARARAS

O processo de ocupação da área da reserva indígena Mãe Maria, tinha como bandeira de luta, conseguir terra para trabalhar e poder proporcionar melhores condições de vida para a coexistência de suas famílias, buscava-se educação de qualidade, saúde, e reconhecimento dos saberes que existia naquele grupo. As decisões e organizações pensadas e tomadas em grupo, favoreciam não somente o individualismo de cada grupo familiar, mas sim, tinha a intenção de contemplar todos os envolvidos no processo de ocupação, seja do sexo masculino ou feminino, ambos tinham interesse igual no que confere a organização espacial das famílias, seja no âmbito cultural, simbólico e econômico.

O histórico do grupo de Mulheres do Castanhal Araras, foi escrito a partir de relatos e entrevistas realizadas com Mulheres e homens que participaram e deram seguimento ao grupo. Pois, como não foram encontradas as primeiras mulheres responsáveis pela criação do grupo pois elas não residiam mais na comunidade ou morreram, não foi possível fazer uma construção do histórico inicial desse grupo, porque as atuais participantes não participaram do momento das lutas/disputas pela terra.

A participação das mulheres na luta pela terra é invisibilizada por que tem uma narrativa masculina que aparece como universal como afirma Scott. Primeiro se diz não tinha mulher, depois as mulheres aparecem. Também na luta pela terra homens e mulheres tem papéis diferenciados: os que vão pra ocupação e os/as que não vão que se responsabilizam pela sustentação dos filhos e dos maridos na luta/ocupação.

O envolvimento das mulheres na luta pela posse e conquista do assentamento começou a ser pensada ainda quando as famílias estavam acampadas na reserva indígena Mãe Maria. É importante ressaltar que no momento de ocupação na reserva Mãe Maria não tinha a presença das mulheres, por se tratar do momento de intensos conflitos travados com grandes latifundiários a Senhora Maria Raimunda Benicio em entrevista enfoca esta questão: “[...] O acontecimento de nós estarmos assentados aqui pois viemos da área do Mãe Maria eu mesmo não cheguei a conhecer sabe, mais meu marido não me levava por que lá era só conflitos né, eu ficava em casa [...].”(Maria Raimunda Benicio, 2015).

A decisão tomada pelo grupo (somente homens) que estavam acampados na reserva Mãe Maria não prevaleceu por muito tempo, pois um grupo de mais ou menos cinco mulheres

decidiram ir para o acampamento para lutar por seus direitos, e ajudarem seus companheiros na luta pela terra. Houve também famílias que tinham um número maior de crianças, por segurança essas mulheres ficaram fora da ocupação da reserva Mãe Maria. O senhor Raimundo Barbosa relata em entrevista que:

Na ocupação o envolvimento das mulheres era bem mais pouco, até porque envolvia muito latifundiários, e os homens se recuaram em levar as mulheres pro acampamento, pra ocupação, elas ficaram sempre fora do acampamento da ocupação e sendo não ficando fora mais pelo menos algumas mulheres se decidiram a ir pra ocupação me parece em torno de umas 5 mulheres disseram que queria tá junto na ocupação, e foi, algumas delas ainda hoje mora aqui no Araras, então com isso, as Mulheres a participação não de todas mais de 5 mulheres mais ou menos foi direta na ocupação. (RAIMUNDO BARBOSA, 2015).

A partir do momento em que as famílias foram remanejadas para o INCRA, todas as mulheres passaram para o acampamento, pois nessa época o perigo de futuros ataques já havia diminuído. Então, nesse momento, o papel das mulheres passou ser mais intenso e fundamental nas tomadas de decisões referente a desapropriação do assentamento. “[...] apesar de ter ficado uma parte das famílias, até porque tinham casa em Morada Nova, mais 70% das mulheres foram para o acampamento no INCRA, a organização da Mulheres a partir dessa hora foi mais intensa [...]” (Raimundo Barbosa, 2015).

O Grupo de Mulheres do assentamento Castanhal Araras começou a ser debatido entre as pessoas que estavam presentes na ocupação ainda no INCRA, pois nessa época as famílias já sabiam qual era o destino final da ocupação, e qual seria o local desapropriado para as famílias acampadas no INCRA. Então, por esse motivo, as famílias que viriam para o assentamento começaram a pensar em algumas alternativas para utilizar as riquezas naturais como a castanha do Pará e o cupuaçu existente na área, foi então a partir daí que criaram o Grupo de Mulheres, cuja finalidade desse grupo era utilizar os recursos naturais que tinha em abundância no local. O senhor Raimundo Barbosa afirma que:

[...] Começamos a pensar o que essas mulheres iria produzir, como a área aqui abundantemente tinha muitas castanhas, cupuaçu e várias outras coisas, então começamos a pensar o que elas iria produzir geleias, doces, castanha cristalizadas, vários produtos foram produzidos pelas mulheres, realmente no ministério da saúde foram registrado dois produtos o doce e a geleia, os produtos que eram produzidos aqui poderíamos colocar pra vender no mercado onde fosse possível, ele tinha um selo dizendo que ele era um produto viável pra alimentação em qualquer canto, os outros produtos foram produção para complementar os dois. (RAIMUNDO BARBOSA, 2015)

A proteção do meio ambiente e a geração de renda no qual proporciona melhor qualidade de vida no âmbito familiar, pois segundo algumas das entrevistadas no assentamento, estas afirmam que, quando as pessoas chegaram no assentamento a coleta da castanha-do-pará e cupuaçu era uma das principais atividades, mesmo com a inserção de outras atividades desenvolvidas pelas pessoas da comunidade o extrativismo vegetal prevaleceu no assentamento. O Senhor Luiz Gonzaga enfatiza a questão do sistema produtivo adotado no primeiro ano de assentamento:

Quando a gente chegou aqui era no mês de outubro, no inverno, não tinha como plantar nada, aí a gente ficou só colhendo o cupu, castanha e carregando no caminhão do INCRA pra Marabá pra vender, até que chegasse o verão para agente começar a brocar uma área, para assim poder colocar roça, e assim arrumar um lugar mais adequado pra fazer uma casa. (LUIZ GONZAGA, 2011).

O grupo de mulheres do assentamento Castanhal Araras recebeu vários incentivos para melhorar sua produção, entre os muitos incentivos recebidos pelas mulheres estão os vários cursos oferecidos pelos parceiros (CEPASP, CPT, UFPA e MIQCB), no intuito de aprimorar a produção e aumentar o número de produtos fabricados pelas mulheres, além de doações dos maquinários necessários para produção dos produtos.

O grupo estava funcionando de maneira irregular, mesmo as mulheres tendo formação necessária para trabalhar com os produtos derivados da castanha-do-pará, cupuaçu e açai, porém não dispunham de local adequado para desenvolvimento das atividades. Segundo a Senhora Maria Raimunda Benicio, algumas pessoas do Rio de Janeiro que visitavam o assentamento na época se interessaram pela organização das mulheres e, em reunião discutiram assuntos referentes às necessidades do grupo. Nesta mesma reunião as mulheres apresentaram as dificuldades da construção do local adequado, para desenvolvimento das atividades. Depois de alguns meses veio um recurso, via fundo perdido para a caixa agrícola, este recurso por sua vez foi utilizado para construção da casa das mulheres e compra das máquinas necessárias para produção dos produtos, já citado anteriormente.

O Grupo de Mulheres recebeu investimentos para desenvolverem suas atividades, entre os investimentos está à construção da mini-indústria, local este usado pelas mulheres para desenvolvimento das atividades do grupo, as máquinas despoldora, tanques para armazenar o licor, freezer, fogão industrial, panelas, colheres, e o poço artesiano. Apesar dos grandes incentivos materiais adquiridos para o grupo de mulheres, houve também formação com as mulheres para aprimoramento e aperfeiçoamento da atividade, cujo objetivo desses

cursos era incentivar as mulheres a trabalhar corretamente com os derivados do cupuaçu e da castanha-do-pará. É importante ressaltar que as mulheres para conseguir os investimentos para estrutura do grupo tiveram que lutar e pressionar, muitas morreram por falta de assistência à saúde, as vezes saíram carregadas em redes em busca de assistência nos municípios vizinhos, ou seja muito sofrimento.

Após a conquista do assentamento as famílias se organizaram e criaram a primeira associação do assentamento nomeada de Caixa Agrícola, e dentro desta associação foi criado um departamento exclusivo para o Grupo de Mulheres, cujo objetivo deste departamento era responder legalmente pelo Grupo de Mulheres, nesta associação também tinha algumas mulheres como diretora para representar as mulheres do assentamento. O senhor Raimundo Barbosa explica em entrevista a criação da Associação e do Grupo de Mulheres.

A origem do grupo foi discutida no acampamento, e até porque quando a gente saiu do acampamento a gente já tinha um destino, o que a gente vinha fazer, é por isso que é uma história o Araras e o 21 de Abril, porque as pessoas queriam ficar na terra então quando a gente veio pra cá a gente tinha um objetivo, e o que queria, viemos pra cá fizemos a fundação da organização e aí começamos a pensar o que essas mulheres vai fazer, pois nós tínhamos algumas diretoras mais era pouca e o que fazer para essas mulheres ter uma organização até para produzir alguma coisa, e aí como o grupo de mulheres foi formado no momento e tinha uma ligação direta com a organização foi colocado tipo um departamento da associação sendo este o grupo de mulheres toda a documentação saía em nome da associação direto para este grupo de mulheres organizado pela diretoria e pela comunidade em si.(RAIMUNDO BARBOSA, 2015).

A produção destes produtos veio no intuito de agregar valor nos produtos *in natura*, as mulheres perceberam o pouco valor que era oferecido pelos frutos e a quantidade de perdas que aconteciam ao ser levado para a cidade, as vezes não conseguiam vender todos os frutos levado, neste caso as pessoas que estavam levando os frutos faziam doações ou traziam de volta os frutos para o assentamento.

A preocupação com os prejuízos levou as mulheres a começarem a desenvolver as atividades de transformação da matéria prima em subprodutos derivados da castanha-do-pará, cupuaçu e açaí, estes produtos teriam poucas despesas, o que era viável nesta atividade, a intenção das mulheres era utilizar os recursos naturais existente na comunidade e conseguir uma renda extra para complementar a renda familiar. Como descreve a Senhora Maria Raimunda Benicio, as famílias tiveram dificuldades financeiras quando chegaram ao

assentamento, então a formação do grupo de mulheres tinha por objetivo melhorar as condições de vida para as famílias, e não somente a renda vinda da agricultura familiar.

O principal objetivo quando nós montemos o grupo, a nossa ideia era que nós trabalhasse cada uma tivesse uma renda para manter e distribuir entre as mulheres, porque quando a gente entrou pra cá nem todo mundo trabalhava, a nossa profissão só era mesmo plantar, colher e mais era o marido. Renda mesmo a gente não tinha, então a intenção de produzir para ajudar em casa [...]. (MARIA RAIMUNDA BENICIO, 2015).

É interessante perceber na fala da entrevistada Maria Raimunda a concepção de trabalho que ela apresenta esta concepção está relacionada a renda em dinheiro, trabalho remunerado, sem que as outras atividades fossem assim consideradas. Dessa forma é visível perceber que o trabalho de plantar e colher para as mulheres está relacionada a categoria de ajuda e não trabalho.

A primeira atividade desenvolvida pelo grupo de mulheres foi organizar a primeira festa do assentamento, esta festa aconteceu no dia 19 de dezembro de 1989, além de comemorarem a conquista do assentamento, as mulheres tinham algo a apresentar para a comunidade e visitantes, eram alguns produtos produzidos pelo Grupo de mulheres. De acordo com a senhora Raimunda Benicio os produtos apresentados nesta festa foram: o doce, o licor, a polpa, a balinha, a compota, a geleia, o sorvete e a batida de cupuaçu, a castanha cristalizada e o doce da castanha-do-pará. A senhora Maria Raimunda descreve como foi a organização da festa:

Em 87 viemos pra cá, com um ano que nós entramos pra cá que foi em 1989 dia 19 de dezembro de 89 fizemos a primeira festa. A gente teve a ideia de já fazer a festa com os produtos porque aqui tinha muita polpa que estava se perdendo, a gente não tinha nem como aproveitar porque naquela época aqui não tinha energia, aí veio um curso de Belém, aí tinha lá como fazer a polpa do cupu, como fazer a balinha e geleia ai eles vieram e deram um curso pra nós, fizemos esse curso e desse curso tivemos a ideia de fazer a primeira festa. (MARIA RAIMUNDA BENICIO, 2015).

Como o grupo de mulheres tinha apenas um ano de criação, apresentaram apenas os produtos citados acima, com o passar dos anos as mulheres tiveram outras formações, onde estes cursos proporcionaram que elas aprenderem trabalhar, não somente com os derivados do cupuaçu e da castanha-do-pará, mas também produzir derivados do açaí (licor e o vinho), além do biscoito de castanha-do-pará.

Os primeiros incentivadores para formação do grupo de mulheres foram às pessoas que estavam presentes na luta pela conquista da terra. Após a conquista do assentamento o

Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP) também incentivou muito o grupo de mulheres. O senhor Raimundo Barbosa explica isso em entrevista:

[...] O CEPASP que é uma entidade existente foi o incentivador para a formação, a partir da CEPASP como ela tinha toda a organização do assentamento desde a formação da associação e formação do grupo de mulheres todo o incentivo veio da organização que foi o nosso apoio no assentamento, o CEPASP foi quem deu toda essa orientação, acompanhamento, tudo que a gente ia fazer que era pra canalizar para as mulheres vinha através do CEPASP, umas entidades de fora do país, apoiou esta organização, então todos os incentivos partiu do CEPASP para o grupo de mulher funcionar (RAIMUNDO BARBOSA, 2015).

Apesar dos investimentos direcionado ao grupo de mulheres, o mesmo passou por várias transformações, entre eles está: a perda de lideranças que se ausentou do assentamento por motivo da venda de lote, o falecimento de algumas mulheres, outras desistiram por motivos pessoais: distancia, discordâncias, etc. dessa forma, outras mulheres entraram no grupo alterando assim a forma de funcionamento do mesmo. Outro motivo que levou saídas de membros do grupo foi o aumento em grande escala do desmatamento que acarretou na diminuição da produção nativa de castanha-do-pará, cupuaçu e açaí no assentamento, estes problemas levaram as mulheres a não terem condições de manter a produção de seus produtos.

As dificuldades para manter a produção do grupo ocasionaram o enfraquecimento, a desmotivação e a saída de participantes do grupo seja, pelo fato de alguns participantes venderem seus lotes e saírem do assentamento, ou por desistência de participar das reuniões ou atividades. Outro aspecto importante que mencionaremos é a criação de um novo grupo de mulheres, que apresenta características diferenciadas em relação ao grupo composto por mulheres agricultoras que fizeram parte diretamente ou indiretamente da conquista do assentamento. Apesar da diminuição dos recursos naturais, existem mulheres que trabalham com derivados da castanha-do-pará, cupuaçu e açaí seja elas em grupo ou individual. As mulheres que trabalham com derivados da castanha-do-pará e cupuaçu no assentamento, valorizam os saberes culturais, sociais e econômico do assentamento.

De acordo com falas informais de antigos moradores do assentamento as mulheres que trabalhavam com os produtos da castanha-do-pará e cupuaçu no início do assentamento, apresentavam aspectos diferenciado comparada as participantes que estão desenvolvendo as atividades no momento desta pesquisa. As diferenças que são apontadas por membros do

assentamento em relação as mulheres que fundaram o grupo e as que estão desenvolvendo as atividades extrativista da castanha-do-pará e cupuaçu são: as integrantes iniciais tinha como atividades a agricultura e os cuidados com a casa/família, além de serem cadastradas na Relação de Beneficiário (RB). Já as que estão desenvolvendo as atividades no grupo na atualidade, tem outra condição financeira comparada as primeiras integrantes, pois estas são: comerciantes, moradoras da vila, funcionárias públicas, e pessoas que vende mão de obra no assentamento e/ou agregado.

Dessa maneira e perceptível que a trajetória do grupo aponta para várias fases e etapas, sempre enfrentando dificuldades, mas resistindo para que os saberes dessas mulheres não se perda no decorrer dos anos.

Apesar, de boa parte das mulheres que formaram o grupo não residir no assentamento, outras deram seguimentos as atividades do grupo. As mulheres que estão trabalhando no grupo têm um perfil diferenciado em relação às que formaram o grupo no início do assentamento. Pois, as mulheres que foram responsáveis pela formação do grupo tinham como ocupação a agricultura e os afazeres domésticos.

Diferentemente das primeiras mulheres que trabalhavam no grupo, as que trabalha nos dias da pesquisa com os derivados do cupuaçu e castanha-do-pará no assentamento, se constituem de filhas de agricultores/agricultoras que estavam na luta pela posse da terra, mas que sua ocupação ultrapassa a atividade da agricultura familiar e de donas de casas. As integrantes do grupo são proprietárias de comércios e bares e trabalham em escolas do assentamento, além de ter uma estudante e bolsista da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

Apesar das diferenças existentes entre as participantes do primeiro grupo e do grupo atual, ambas tem o mesmo objetivo de valorizar a cultura local, e repassar para os jovens da comunidade os costumes que são oriundos da época de apropriação do assentamento, dessa forma as atividades das mulheres não fugiram as características de trabalho das integrantes que formaram o primeiro grupo no assentamento.

Entretanto, existem vários desafios que precisam ser superados pelas mulheres do assentamento, dentre eles: a reforma da mini-indústria (local de trabalho das mulheres), a participação da comunidade mais efetiva no grupo, e o desinteresse dos jovens pelo trabalho do grupo.

O próximo paragrafo dará início ao segundo capítulo, onde este apresentará a descrição das atividades desenvolvidas pelo grupo de mulheres, os principais produtos produzidos pelo grupo, a busca de matéria-prima a inserção dos produtos no mercado consumidor, além dos limites e possibilidades para coexistência do grupo de mulheres do assentamento Castanhal Araras.

CAPÍTULO II PRÁTICAS E SABERES DESENVOLVIDOS PELO GRUPO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO CASTANHAL ARARAS

As lutas sociais permitiram aos sujeitos do campo condição de visibilidade, direitos aos programas sociais, bem como acesso aos recursos públicos. Compreender que o campo é lugar de atraso já é algo que ficou no “passado”, pois a relação campo cidade está cada vez mais entrelaçada, pois um não sobrevive sem o outro. Como ressalta Edmilton Cerqueira:

[...] Nesse contexto, o conceito de diversidade é fundante para pensar o mundo rural e, conseqüentemente, os povos e comunidades tradicionais, enquanto parte de seu patrimônio. O rural deixa de ser “resíduo” do urbano e de ser associado ao atraso e a falta de oportunidades. Cada vez mais a inter-relações entre rural e cidades se evidenciam, bem como a abordagem territorial ganha força em detrimento de um enfoque setorializado. (CERQUEIRA, 2015 p.21).

Buscando serem valorizadas perante a sociedade, as mulheres juntamente com os movimentos sociais feministas lutavam por visibilidade, melhores condições de vida, igualdade de gêneros, e reconhecimento do trabalho feminino esquecido pelas políticas públicas. O Governo Federal por muitos anos não investiu no trabalho feminino, a partir de 2003 houveram mudanças quanto a atuação do governo federal em relação as garantias para o reconhecimento do trabalho desempenhado pelas mulheres, após anos de luta. Como ressalta Buttor e Hora, (2010):

[...] Vimos construindo, gradativamente, um novo padrão de atuação do Estado centrado nos seguintes eixos: promoção dos direitos das mulheres, reconhecendo-as como parte-titular dos assentamentos de reforma agrária; garantia aos direitos civis básicos, permitindo o acesso a documentação básica; efetivação dos direitos econômicos das mulheres trabalhadoras rurais, através do apoio à organização produtiva, acesso ao crédito, assistência/assessoria, mercados, dentre outras. (BUTTOR; HORA, 2010, p. 27).

As lutas dos movimentos sociais feministas conseguiram através do governo federal, garantias que incentivassem e valorizassem a participação das mulheres assentadas nos projetos de assentamentos. Vários incentivos foram criados no intuito de reconhecer as mulheres como ativas nos assentamentos, dentre eles está a criação de Assessorias Técnicas e Socioambiental (ATES) que fosse direcionada para as mulheres assentadas, essas ATES teriam como papel principal, auxiliar as mulheres do campo, tanto em capacitação, como em valorização dos conhecimentos empíricos. Este novo projeto e reformulação das ATES tinha

objetivos diretos para auxiliar as mulheres que trabalham e residem no campo. As autoras Buttor e Hora, (2010) descrevem os objetivos centrais do programa:

[...] O objetivo central deste novo programa é fortalecer as organizações produtivas de trabalhadoras rurais, incentivando a troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, organizacionais, de gestão e de comercialização, valorizando os princípios da economia solidária e feminista, de forma a viabilizar o acesso das mulheres às políticas públicas de apoio à produção e comercialização, a fim de promover a autonomia econômica das mulheres e a garantia do seu protagonismo na economia rural [...] (BUTTOR; HORA, 2010, p.31).

Os programas sociais criados pelo Governo Federal “possibilitaram” que as mulheres trabalhadoras rurais fossem visibilizadas, seja por seus trabalhos em grupos ou individuais, mulheres estas que por muitos anos foram invisibilizadas como parte integrante da sociedade, o trabalho muitas vezes realizado no sistema produtivo dos seus lotes pelas mulheres, era/é visto pela sociedade como “ajuda” ao trabalho do homem. Reconhecer a importância do trabalho feminino perante o governo por muitos anos foi motivo de discussões e mobilizações. Estes incentivos viabilizavam a atuação das mulheres nos assentamentos e nos locais de trabalho. Farias (2001) reflete sobre essas questões:

As mulheres rurais sempre estiveram presentes na história econômica e política do mundo agrário brasileiro. Isto é um fato. Sempre trabalharam na roça, seja na grande ou na pequena produção. Como escravas, mucamas, agregadas, colonas, camponesas, assalariadas, boias-frias, rendeiras e donas-de-casa, acumulando extensas jornadas de trabalho em que elas próprias se reconheciam como trabalhadoras, mas denominando-se com “ajudantes”. (FARIAS, 2001 p. 146)

Os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais se intensificaram no Brasil, a mais de uma década, os objetivos destes movimentos era representar as mulheres que durante muitos anos se submeteram as piores discriminações possíveis, seja por suas condições financeiras, raça, cor ou por sua condição profissional. Neste contexto, é interessante discutir aqui a questão da ocupação dos seres humanos no espaço, seja eles no setor público ou privado e as diferenciações de gêneros dentro da sociedade, na qual, o espaço público refere-se ao lugar de homens e o espaço privado lugar de mulheres. Maria Dolores Mota enfatiza a questão do “público e privado” em uma sociedade que privilegia os homens como seres que tudo sabem e tudo podem.

Em que se pesem as transformações que ocorreram nesses dois lugares, os significados elementares se resguardam; o público como lugar de aparecer, e privado

como lugar de ocultar. Mas, o que é preciso buscar, também, são as diferenças objetiváveis que representam as posições diversas dos seres humanos na ocupação desses dois espaços sociais. Como as que podemos perceber entre os homens e as mulheres, constituídas de gêneros que, ao longo do tempo, fizeram do espaço público “lugar de homens” e do espaço privado “lugar de mulheres”. (FARIAS, 2001 p.153)

No entanto, a diferença de gênero seja nos assentamentos ou nos interiores dos lares, submeteram as mulheres a uma classe que não tinha voz, que não tinha direitos de acesso de fazerem-se presentes na sociedade, mulher tinha espaço restrito ou seja “privado”, nesse sentido privado aqui, nos pautaremos a uma classe de submissão, que não pode surgir em público, por se tratar de uma classe que é oprimida perante a sociedade.

Neste contexto, as mulheres reivindicam através dos movimentos sociais, a identidade de mulher trabalhadora rural, acesso à autoridade, o reconhecimento de ser sujeito do seu próprio discurso, além dos direitos relacionados as políticas públicas que não valorizam os saberes das mulheres.

As diferenças de gênero existentes nos projetos do governo federal prevaleceram por muitos anos, as mulheres não tinham direitos aos programas sociais do Governo Federal, inclusive a titulação da terra em nome do homem e da mulher, direitos ao voto, direito a qualificação profissional, direito ao reconhecimento de identidade, direitos estes que até os anos 1970 não tinham sido conquistados. Hora e Leite descrevem esta conquista:

Apesar do aperfeiçoamento da legislação, foi a constante mobilização e lutas das mulheres e de suas organizações sociais nas cidades e nos campos, que levaram o Estado a implementar políticas públicas de promoção da igualdade e efetivar direitos, tornando-os possíveis por meio de um novo arranjo institucional no país a partir de 2003. (HORA e LEITE, 2015, p. 41).

Entretanto, mesmo com os direitos conquistados através das várias mobilizações dos movimentos sociais, nos projetos de assentamentos, o trabalho feminino ainda é visto pela comunidade como “ajuda”. O papel das mulheres para a comunidade ainda se remete a serem donas de casas e mães. Apesar dos avanços relacionados aos direitos das mulheres adquiridos através da luta, é preciso que a comunidade se dispa dos preconceitos gerados por uma sociedade que menosprezava os conhecimentos dessas mulheres que são inferiorizadas por uma sociedade, sejam elas, agricultoras, grupo de mulheres, indígenas entre outros. Hora e Leite explica essa questão:

Embora na contemporaneidade essas representações de união possam ser questionadas e as mulheres tenham conquistado maior autonomia no mundo do

trabalho, ainda se verifiquem seus desdobramentos. Os homens são simbolizados, na maioria das vezes, como o chefe protetor e provedor da família e as mulheres são simbolizada como “a dama do lar”, aquela destinada a cuidar da família e das crianças. (HORA e LEITE, 2015 p.39).

Apesar da organização das mulheres no campo, ainda existe resistência por parte de integrantes de grupos de mulheres em assumir as identidades culturais, sociais, econômica e política. Apesar das várias conquistas adquiridas nos últimos anos, que valorizam saberes oriundos de “tradição” de uma comunidade, o termo “tradição” usado não para nos referirmos ao passado ou ao atraso, mas, referimo-nos aqui em conhecimentos de uma comunidade que são repassados de geração em geração. Almeida explica o termo tradição. “[...] Quero aproveitar para sublinhar que o conceito de “tradição” está mudando, ele não está ligado necessariamente à história ou ao passado remoto, ao contrário mostra-se vinculado a reivindicações contemporâneas. (ALMEIDA, 2008, p.98).

Entretanto, em meio as várias lutas e conquistas existe o grupo de mulheres no assentamento Castanhal Araras que começou a ser pensado no ano de 1987 quando aconteceu a desapropriação da fazenda, em meio as disputas por terra, as mulheres que sempre se fizeram presente na luta resolveram lutar por direitos de expressão, visibilidade e reconhecimento das identidades das pessoas que fazem parte do grupo e do assentamento.

As mulheres começaram a trabalhar com os derivados da castanha-do-pará e do cupuaçu devido, as dificuldades financeiras das famílias, na época de ocupação da fazenda, outro aspecto importante que incentivou as mulheres a trabalhar com os derivados da castanha-do-pará e cupuaçu, foi por a área possuir abundantemente os recursos/produtos acima mencionados.

Algumas participantes do grupo ressaltam em entrevista que no processo de ocupação da fazenda, as atividades do grupo foram originadas devido grandes dificuldades financeiras das famílias. Nos dias das pesquisas as mulheres ressaltam que ainda existe a questão do financeiro, mas que agora existe também a importância dos saberes empíricos do grupo de mulheres e a valorização destes saberes como patrimônio do assentamento. Saberes estes que na comunidade vem sendo vivenciado em muitos setores da comunidade dentre eles, nas escolas e igrejas.

O grupo de mulheres sofreu reformulações quanto as características das participantes do grupo, mas as reformulações não alteraram as características herdadas do primeiro grupo

do assentamento. O quadro 1 a seguir apresenta as principais diferenças entre as mulheres que formaram o grupo e as atuantes nas atividades.

AS MULHERES DO PRIMEIRO GRUPO ERAM:	AS MULHERES DO GRUPO ATUANTE NOS DIAS DA PESQUISA SÃO
Agricultoras e donas de casa	Agricultoras e donas de casa
Tinha seus nomes em RB	Trabalham meio período nas escolas como serventes ou educadora.
Faziam parte da associação do assentamento	Não fazem parte da associação do assentamento por serem consideradas funcionárias públicas. Mas são filhas de agricultores.

Título: Diferenças e semelhanças das mulheres que fundaram o grupo e as atuantes na época da pesquisa;
Fonte: Trabalho de pesquisa, 2015.

As mulheres que compõem o grupo atual mora na vila e não estão cadastradas em RB, devido não ter lotes, a maioria delas são agricultoras, que por fatalidades da vida venderam seus lotes e foram morar nas cidades onde não deu certo e voltaram a morar no assentamento, como muitas delas já fizeram partes de associações e grupos de mulheres em outros lugares resolveram dar seguimentos as atividades do grupo no assentamento. É evidente que a dinâmica da comunidade e história se encarrega de renovar e transformar as características do grupo.

A nova reformulação do grupo tem como objetivos principais, trabalhar em coletivo em todas as atividades do grupo, valorizar a cultura da comunidade, aumentar a renda financeira das mulheres e ter aprendizagens significativas em todas as atividades do grupo, além de reconstruir um grupo que por vários motivos estava desmotivado em realizar as atividades.

O grupo de mulheres do assentamento tem 27 anos de existência desenvolvendo as atividades extrativista da castanha do Pará e cupuaçu, vários foram os conflitos internos existentes, mas apesar das várias dificuldades para manter a existência e os saberes do grupo é evidente que esta atividade passara de geração a geração.

Apesar dos objetivos do grupo apresentar clareza quanto as etapas do trabalho, fica evidente que essas mulheres têm várias dificuldades para desenvolver as atividades, entre eles está: a aceitação do grupo na comunidade, devido os sócios e membros da associação não reconhecer o trabalho das mulheres alegando que as mulheres que está desenvolvendo as atividades não possui as características das primeiras integrantes do grupo, outra dificuldade

enfrentada pelas mulheres é a falta do local adequado para desenvolvimento das atividades e a inserção dos produtos no mercado consumidor.

Durante a pesquisa as mulheres não trabalhavam no local construído para desenvolvimento das atividades, devido ao espaço não oferecer higiene necessária para as mulheres trabalharem naquele local. O tempo ocasionou ao prédio vários problemas na estrutura como o estrago da cobertura do prédio, a moradia de animais como morcegos e cupins, a pintura muito antiga, e por último a sujeira do local.

Entretanto, enquanto a reforma não sai o grupo de mulheres desenvolvem partes das atividades na Escola José Cordeiro da Silva, local este cedido pela direção da escola. A direção da escola conhece os desafios das mulheres em relação aos trabalhos do grupo, devido existir uma relação próxima entre escola e o grupo mulheres do assentamento. Esta preocupação da direção da escola se dava pelo fato das mulheres apresentarem desmotivação em desenvolver as atividades com os derivados do cupuaçu e castanha-do-pará, e assim, acabar com uma tradição que vem sendo desenvolvida desde o início do assentamento. Com o local para trabalharem as mulheres se reúnem para discutirem assuntos referentes aos trabalhos do grupo, lucros e inserção dos produtos no mercado consumidor, além disso as participantes sempre fazem avaliações referentes aos trabalhos e produtos produzidos pelo grupo.

As características do grupo de mulheres consistem na organização de trabalhar em coletivo, prevalecendo desde a formação do primeiro grupo. As mulheres desempenham sempre as várias etapas das atividades em grupo, seja nas casas das participantes, ou quando se encontram na área cedida da escola.

As atividades desempenhadas pelas mulheres do grupo são: reuniões para planejamento das atividades que serão desenvolvidas durante a semana ou mês, a coleta da castanha do Pará e do cupuaçu ou a compra muitas vezes da castanha-do-pará e do cupuaçu (quando não é possível coletarem na mata do assentamento, as mulheres compram de outros coletores da comunidade a castanha-do-pará e o cupuaçu), a descasca da castanha-do-pará, o despulpamento do cupuaçu, a produção das receitas e pôr fim a venda dos produtos, que é organizada e executada no coletivo, para não perder as características que foram herdadas do primeiro grupo.

Na vila do assentamento existe uma área estabelecida pelos sócios como patrimônio ecológico da comunidade, este patrimônio localiza-se dentro da vila do assentamento, nesta área possui várias árvores de castanha-do-pará e cupuaçu, no qual esses recursos naturais são utilizados pelas pessoas da comunidade inclusive pelas mulheres do grupo. A coleta da castanha-do-pará e cupuaçu, no caso das mulheres, é destinada a produção dos produtos do grupo, no caso dos coletores da comunidade, destinado a venda, seja para famílias do assentamento ou para pessoas de outras comunidades.

A busca por matéria prima realizada pelo grupo de mulheres se dá por meio de mutirões entre as participantes (os mutirões só acontecem no período em que é a época de colheita de castanha-do-pará e do cupuaçu), ou seja, as mulheres se organizam em horários e dia da semana, para recolher os frutos, ou por meio da compra de frutos, de outros produtores ou coletores da comunidade ou até das participantes do grupo que tem os produtos colhido dos quintais de suas casas. Após a coleta, as mulheres se organizam para despolpar os frutos e produzir os produtos, na escola do assentamento. A participante Keila Sousa, em entrevista explica como são organizados os trabalhos do grupo em relação a busca pela matéria prima.

A castanha-do-pará na comunidade é produzida, pelo fato de ter muitos pés de castanha na comunidade, quando é no tempo da safra, as mulheres se juntam e vai a mata caçar castanha debaixo dos pés, assim fazendo uma coleta para a produção e algumas reserva para o tempo que não está na safra, ou quando não é feito essa reserva os moradores que coletaram mais, fazem uma venda para o grupo. O cupuaçu é uma fruta que é umas das culturas da comunidade, assim sendo feito o mesmo processo da castanha. (Entrevista realizada com a participante do grupo, Keila Sousa, 2016).

As Mulheres trabalham de forma coletiva, mas devido os problemas com a infraestrutura da casa construída para desenvolvimento das atividades do grupo, as mulheres não se reúnem com muita frequência, o que de certa forma desmotiva o trabalho. Com este problema as mulheres se reúnem uma ou duas vezes por semana para planejar as atividades a serem desenvolvidas. Essa falta de infraestrutura relacionada a casa construída para desenvolvimento das atividades das mulheres ocasiona vários problemas, considerado por elas muito grave, pois se o grupo tivesse o local adequado para produzir os produtos certamente a produção e rentabilidade seria bem maior e melhor.

Boa parte da matéria prima para produção dos produtos, é encontrada no assentamento mas, devido ao desmatamento as mulheres estão encontrando dificuldades em encontrar. No assentamento ainda existem lotes que possui castanha do Pará e cupuaçu então

as mulheres organizam mutirões com todas as participantes do grupo e saem para apanhar os frutos na área, ou muitas vezes, elas se reúnem e dividem os ingredientes das receitas entre as participantes do grupo, pois como todas as participantes do grupo tem os frutos nos quintais fica fácil dividir esses ingredientes, Como ressalta a participante do grupo Roseane Ferraz Trindade em entrevista: [...] como as mulheres do grupo tem polpa de cupuaçu em casa o grupo já compra umas das outras e a castanha-do-pará nós compramos dos que mora aqui na vila para depois nós pagarmos (Rosiane Ferraz Trindade, 2015).

O grupo busca ao máximo uma boa aceitação dos produtos no mercado consumidor e aos poucos elas estão conseguindo despertar não somente o interesse das pessoas do assentamento, mas também outras instituições já mostraram interesse pelo trabalho do grupo. As instituições interessadas pelo trabalho do Grupo de Mulheres são a prestadora de serviço AGROATINS e o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) que incentivam as mulheres a trabalhar em grupo, além do incentivo da AGROATINS e MIQCB, a representante da escola incentiva de forma direta as mulheres do grupo a não desistirem de dar continuidade dos trabalhos do grupo.

Estas parcerias trouxeram para o grupo uma melhor visibilidade, além disso, o grupo está em momento de formação em todos os sentidos, pois as participantes estão aprendendo a trabalhar em grupo, a desenvolver atividades no coletivo, para assim facilitar a convivência entre ambas.

Contudo, as mulheres perceberam que o trabalho do grupo além de ser viável, por ser produzido artesanalmente com baixo valor monetário, devido no assentamento conter boa parte da matéria prima utilizada nos produtos. Outro fator que levou as mulheres a trabalharem coletivamente no assentamento, foi o fato desse comportamento fazer parte do costume do grupo desde a sua primeira formação.

A nova formação do Grupo melhorou em vários aspectos o trabalho das mulheres, com esse novo perfil e com novas integrantes no grupo, facilitou a inserção dos produtos no mercado consumidor. Para esta inserção, as mulheres utilizam as redes sociais (para apresentarem e venderem seus produtos, cujo objetivo é alcançar um maior número de fregueses para comprarem os produtos do grupo). Neste caso o avanço tecnológico está contribuindo nesse processo de inserção dos produtos das mulheres no mercado consumidor.

As atividades do Grupo são realizadas coletivamente, desde as reuniões que são feitas para decidir as atividades realizadas na semana até a produção, a etapa que as vezes é realizada individualmente é a venda dos produtos, pois elas dividem a produção em partes iguais com todas as integrantes do grupo. Essa etapa acontece assim, devido algumas mulheres do grupo trabalharem em outros locais que não são somente em suas casas, algumas trabalham na escola, participam da organização da Igreja, são proprietárias de bares e comércios, além de algumas trabalharem no município vizinho e aproveitam o ambiente de trabalho para vender os produtos do grupo.

A organização e divisão dos produtos na hora da venda favoreceu bastante as mulheres nesta etapa do trabalho, devido algumas mulheres não ter tempo disponível para saírem de suas casas ou empregos para se juntarem em grupo para venderem os produtos, e assim conseguir abranger um número maior de consumidor. Independentemente da divisão dos produtos, para facilitar a venda, se alguma participante vender todos os seus produtos, elas se reúnem para avaliar quem das participantes ainda não conseguiu vender seus produtos, e assim fazem uma nova divisão, e quem vendeu ajuda quem ainda tem produção. Os valores de solidariedade e troca está presente em todas as atividades do grupo, o que facilita todas as etapas de trabalho apesar da dupla ou tripla jornada de trabalho as mulheres não desistem de continuar com as atividades do grupo.

As mulheres se organizam com o objetivo de trabalhar em grupo em todas as etapas da produção dos gêneros alimentícios ou mercadorias, ou na inserção dos mesmos no mercado consumidor. Com a nova organização do grupo as mulheres passaram a exercer um papel de autonomia em relação as suas tarefas, deixando de ser apenas donas de casa e passando a ser empreendedoras, exercendo atividades de tomadas de decisões no grupo e na comunidade. Este trabalho em grupo desenvolvido pelas mulheres aumentou a autoestima, a visibilidade das pessoas que residem dentro e fora da comunidade, em relação ao trabalho feminino em grupo, além de aumentar a renda familiar das mulheres.

As atividades do grupo vão além de produzirem as receitas, as mulheres se organizam em grupo para discutirem questões relacionadas aos problemas internos do grupo, a renda oriunda do trabalho em grupo, e a inserção no mercado consumidor.

A organização das mulheres perpassa por vários campos, não são somente donas de casa que precisam desenvolver as atividades no grupo para ter aumento na renda familiar. O

perfil do grupo envolve mulheres que lutam por visibilidade, valorização dos conhecimentos da comunidade, melhoria de condições de vida, luta por preservação de uma tradição que vêm enfrentando problemas para sua existência, mulheres estas que não desistem de mostrar que são capazes de reativar os costumes, que estavam desaparecendo na comunidade, que não desistem de mostrar para os jovens, que é viável trabalhar com os recursos naturais sem esgotá-los, que não deixam ser silenciadas pelos avanços tecnológicos, que não deixam ser caladas por preconceitos vindos da sociedade. Por uma sociedade que exclui as mulheres por vários fatores segundo Farias (2001):

O modo pelo qual se organizou o espaço social na modernidade reforçou a exclusão das mulheres na vida pública e ativou a sua plena domesticação. Valeram, para isso, todos os discursos e práticas referentes à declaração de uma natureza feminina não política e que serviram a fundamentação da reestruturação do lugar da mulher na sociedade. Apoiaram-se na força do natural- biológico, compondo uma identidade feminina presa a uma representação biologicista do corpo da mulher, para lhe atribuírem, como destino normal e natural, a maternidade, cuidado e o zelo ao marido, filhos e parentes e a obediência aos homens. (FARIAS 2001, p. 151)

As mulheres pertencentes ao grupo do assentamento, lutam pelo reconhecimento e pela autonomia na tomada de decisões perante a sociedade que não valoriza o trabalho feminino. Elas que na rotina de suas frentes de trabalho, seja como mães, donas de casas, empregadas domésticas, donas de bares/comércios ou estudante, todas com seus direitos legais. As mulheres do grupo buscam por mais visibilidade e reconhecimento dos seus saberes dentro do assentamento, pois apesar da luta constante para alcançar seus objetivos, ainda existem aquelas pessoas que desvalorizam essa forma de trabalho, sempre evidenciando a sua fragilidade enquanto mulher.

Apesar dos vários debates sobre o papel das mulheres na sociedade, é nos movimentos sociais que as mulheres se fazem ouvir, e serem reconhecidas na sociedade, pois as mulheres sempre foram colocadas nos lugares menos visíveis da sociedade. Farias enfatiza essa questão:

As mulheres trabalhadoras rurais formam uma categoria social que sempre esteve colocada nos lugares obscuros e fora da acústica da história. E é apenas no movimento social que conquistam a fala e se fazem ouvir, construindo um espaço próprio, no campo da luta política, na esfera pública. Falam no movimento – para as outras/para si e falam ainda através do movimento, para os outros. (FARIAS, 2001 p. 148)

Nas práticas das suas atividades e nos debates nas reuniões, seja entre as participantes do grupo, com outros moradores, ou pessoas de outros assentamentos, as

mulheres estão reafirmando um costume, que durante alguns anos após a conquista do assentamento foi comum, mas que por problemas organizacionais do grupo este costume estava deixando de ser importante no assentamento. Na perspectiva, de resgatar esse costume as mulheres decidiram reformular o grupo. Como ressalta a entrevistada Keila Sousa sobre importância da reformulação do grupo:

As mulheres resolveram se juntar pelo fato, do grupo antigo que existia na comunidade estava se acabando, e como uma conversa com a membra da MIQCB, resolvemos não deixar acabar esse grupo, assim pensando que o trabalho coletivo seria uma forma de nos ajudar, seria melhor porque o que teria sido algo importante para a comunidade não poderia ir por água a baixo. (KEILA SOUSA, 2016).

As mulheres do grupo querem que a sociedade deixe de invisibilizar os seus saberes, que possam usufruir de seu direito de tomar decisões, de produzir e construir conhecimentos com os jovens, pois buscam pela permanência da tradição do assentamento. Mulheres que através do trabalho em grupo incentivam seus filhos e filhas a procurar nos trabalhos rotineiros do grupo algo que lhe chame a atenção, são dessas pequenas atitudes que ao irem para a escola do assentamento, esses jovens ajudam nas produções dos pratos típicos produzidos pelas escolas para serem apresentados e vendidos nas festividades.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelas participantes do grupo, as mulheres a cada dia repassam para os jovens da comunidade o valor do trabalho em grupo, a preservação que esta atividade proporciona ao meio ambiente, além de apresentar aos jovens da comunidade os saberes oriundos deste grupo, esta atividade proporciona as mulheres uma rentabilidade que auxilia na sobrevivência familiar. Alguns jovens da comunidade que conhecem e vivenciam as atividades e lutas do grupo procuram contribuir quando as mulheres estão reunidas e conseguem através desta relação, absorver saberes do grupo de mulheres que serão usados por toda a vida.

É tradição em todas as festas do assentamento, seja as festas da escola, igrejas ou do assentamento, vender os produtos oriundos do grupo. A produção muitas vezes é realizada por mulheres que fazem ou fizeram parte do grupo, depende das festas, por exemplo, os produtos da festa da feira cultural das escolas do assentamento é confeccionado por integrantes do grupo que trabalham no apoio da escola, já os produtos da festa do aniversário do assentamento, são produzidos por mulheres do assentamento e participantes do grupo de mulheres.

Os produtos que são vendidos nessas festas, são produzidos artesanalmente pelo grupo de mulheres que produzem dias antes dos eventos, cujo objetivo é apresentar para os moradores da comunidade e visitantes a cultura que se faz presente desde a época da desapropriação do assentamento. Cultura esta, que durante muitos anos resultou na sobrevivência de muitas famílias da comunidade que não tinham outra renda familiar. Mas, que hoje as mulheres que trabalham no grupo têm o objetivo de somar a sua renda familiar, e repassar os conhecimentos do grupo para outras mulheres e jovens que não fizeram parte das lutas para desapropriação do assentamento.

Dessa forma os saberes do grupo de mulheres são transmitidos para os jovens e mulheres que não participaram da luta para a desapropriação da fazenda Castanhal Araras, apesar das diversas dificuldades que as mulheres enfrentam diariamente seja por falta da infraestrutura da mini-indústria, ou por não ter um local certo para venda dos produtos, as mulheres luta constantemente para conseguir introduzir diretamente seus produtos no mercado consumidor.

A seguir inicia-se o terceiro capítulo que apresenta as atividades realizadas na escola José Cordeiro da Silva com educandos do 9º ano, além de expor produtos oriundos das pesquisas na turma e no assentamento.

CAPÍTULO III REPENSANDO OS DIÁLOGOS: A COMUNIDADE E OS SABERES DO GRUPO DE MULHERES

As pesquisas de Campo realizadas ao longo de cinco anos durante o Curso de Licenciatura em Educação do Campo, desenvolvido no Projeto de Assentamento Castanhal Araras, pertencente ao Município de São João do Araguaia, a partir do ano de 2011, possibilitaram pesquisar as diversas instituições do assentamento (escola, Igrejas, associação e o grupo de mulheres). Durante as pesquisas foram realizadas diversas atividades no assentamento principalmente na escola José Cordeiro da Silva e no Grupo de Mulheres.

A atividade descrita a seguir foi realizada nas aulas de Ciências, devido Eu ter como área de formação as Ciências Agrárias e da Natureza que me habilita trabalhar com as disciplinas de Ciências, Biologia, Química e Física. E trabalhar com os saberes das mulheres significa tomar saberes, experiências e práticas como base na construção de saberes escolares e científicos. E tendo a pesquisa como princípio educativo torna esse o melhor caminho, privilegia as experiências e os saberes na educação dos alunos.

As atividades de pesquisa possibilitaram-me produzir vários materiais, na qual descreverei a seguir. Produzi com estudantes do 9º ano, uma turma com 17 educandos, a história em cordel do assentamento, proveniente do primeiro tempo comunidade, na qual neste cordel, apresentamos a história do assentamento, as lutas que as pessoas enfrentaram para que acontecesse a desapropriação e as construções das obras de infraestrutura. Produzimos também um livro de receita, na qual, participou alunos, pais e integrantes do grupo de mulheres, neste livro colocamos as principais receitas do grupo de mulheres, bem como, algumas receitas comuns da comunidade. Após termos produzido o livro de receita resolvemos criar um cordel que relatava o processo de construção coletiva do livro de receita.

As pesquisas anteriores realizadas no Assentamento com instituições formais (escola), e instituições não formais (igrejas, associação e o grupo de mulheres do assentamento), possibilitou-me dialogar sobre a falta de conhecimento que os estudantes da escola José Cordeiro da Silva apresentaram, em relação ao funcionamento/existência do Grupo de Mulheres que existe no local desde a desapropriação do assentamento. Mas, foi possível também perceber que mesmo com a falta de conhecimento em relação aos saberes do grupo de mulheres, os estudantes inconscientemente usavam deste mesmo saber, na escola.

Os jovens da comunidade sabiam da existência do grupo de mulheres, mas desconhecia a realidade desse, não compreendiam a importância que essas mulheres representavam para o assentamento, no entanto, em todas as pesquisas de campo realizadas do curso de Educação do Campo realizei atividades, cujo objetivo principal era aproximar os conteúdos escolares a realidade do assentamento, e assim facilitar a compreensão dos estudantes. Nesse sentido Martins, et al (2015), afirma que o conhecimento científico, que deve ser priorizado na escola, é aquele capaz de compreender a realidade para além de sua aparência, que nada existe de forma isolada.

Como o estágio de intervenção II, tinha a proposta de observar nas ações dos estudantes a relação entre comunidade-juventude-trabalho-escola, resolvi trabalhar oficinas na qual, o Grupo de Mulheres do Assentamento seria pesquisado pelos estudantes, cujo objetivo para as atividades seria o reconhecimento por parte dos estudantes em relação aos trabalhos realizados pelas mulheres.

No intuito de aproximar os estudantes à realidade local e facilitar a compreensão deles, apresentei o projeto de pesquisa onde iríamos pesquisar o grupo de mulheres do assentamento. Na pesquisa iríamos conhecer a origem do grupo de mulheres, as relações de gêneros, as dificuldades que as mulheres enfrentaram e enfrentam diariamente para conseguir desempenhar as atividades, as receitas tradicionais do grupo, bem como, a escrita das receitas realizada pelos estudantes (durante a pesquisa com as mulheres), a relação destas receitas com a escola, e ainda, vivenciar algumas mulheres produzindo algumas das receitas em sala de aula.

Após ter conversado com os estudantes, apresentei o projeto para as mulheres do Grupo. E em seguida, em sala de aula juntamente com os estudantes planejamos a pesquisa de campo, (nesta pesquisa os estudantes pesquisariam as receitas do grupo de mulheres), etapa essa cumprida pelos estudantes com muita satisfação. Posteriormente, organizamos e formulamos as questões norteadoras que seriam utilizadas no dia do encontro de estudantes e mulheres em sala de aula, depois das receitas pesquisadas e escritas pelos estudantes, selecionamos duas receitas para que as mulheres produzissem na sala de aula, as receitas selecionadas foram: o doce e o bombom de cupuaçu.

Durante as etapas do trabalho, foi visível a participação efetiva dos estudantes, o compromisso deles em realizar as pesquisas nas datas combinadas surpreendeu até a direção

da escola com o envolvimento para desenvolver as atividades. As experiências eram inéditas, as aulas deixaram de ser bancárias, como é discutido por Freire (1987), em que o professor deposita os conteúdos nos estudantes e os estudantes recebem os depósitos e guardam, mas que de nada serve as transferências de conhecimentos depositadas por esses educadores.

Nesta perspectiva, Freire (1987) discute sobre o antagonismo da concepção bancária em que o educador deposita e o estudante absorve, já para a concepção problematizadora em que o educador, enquanto educa em diálogo com os estudantes é educado, da forma que existe uma troca de conhecimento, a práxis de que o educador sabe de tudo se transforma em trocas de conhecimentos entre ambas as partes. Dessa maneira, “em vez dos educandos se tornarem depósitos se transformam em investigadores críticos”. (FREIRE, 1987 p. 69) A foto abaixo representa o momento de produção das receitas selecionadas e as trocas de conhecimentos/saberes entre a representante do grupo de mulheres e os estudantes.



Figura 14: realização das receitas em sala de aula
Fonte: trabalho de campo 2014.

Após o desenvolvimento das atividades em sala de aula onde as mulheres relataram a origem do grupo, os principais desafios enfrentados por elas, a busca por matéria prima, foi confeccionado um livro de receitas com ajuda das Mulheres do Grupo e moradores. Este Livro apresentava as principais receitas do Grupo de Mulheres, bem como, as principais receitas das famílias. Produzimos um cordel que relatava a história das mulheres lutas e os

desafios além de descrever as etapas do projeto. A foto abaixo mostra o momento em que os estudantes visualizaram o livro de receita pela primeira vez em sala de aula.



Figura 15: Apresentação do livro de receitas aos estudantes.
Fonte: Trabalho de campo, 2014.

A produção do cordel, proporcionou a oportunidade de os estudantes colocar em prática os conhecimentos adquiridos através das atividades realizadas dentro e fora da sala de aula, dessa forma as experiências com esta turma foi além de confeccionarmos materiais concretos, houve reflexões aprofundadas sobre as experiências e saberes das mulheres, que foram adquiridas fora do ambiente escolar, por exemplo, através de participação em diversos eventos, seja eles municipais ou estaduais. Analisamos também a resistência deste Grupo para manter o costume que prevalece desde a época da criação do Grupo. Freire (1986) enfatiza.

Neste sentido, o bom professor é o que consegue, enquanto fala, trazer o aluno até a intimidade do movimento de seu pensamento. Sua aula é assim um desafio e não uma “cantiga de ninar”. Seus alunos cansam, não dormem. Cansam porque acompanham as idas e vindas de seus pensamentos, surpreendem suas pausas, suas dúvidas, suas incertezas (FREIRE, 1986, p.33)

As atividades desenvolvidas na comunidade e em sala de aula possibilitaram aos estudantes refletirem sobre a importância de conhecer e estudar as diversas realidades existentes no assentamento, dentre essas muitas realidades, aprofundamos, debatemos e conhecemos a realidade do grupo de mulheres. E através deste trabalho, foi visível o interesse dos estudantes em participar de todas as etapas do projeto, pois as mulheres deixaram de ser mulheres do grupo, o que era comum para os estudantes, passando a serem vistas por eles

como uma organização que luta para manter a tradição em torno do capital cultura do assentamento. Dessa forma, as aulas deixaram de ser bancárias, Freire discute essas relações:

Enquanto, na concepção “bancária” – permita-se-nos a repetição insistente – o educador vai “enchendo” os educandos de falso saber, que são os conteúdos impostos, na prática problematizadora, vão os educandos desenvolvendo o seu poder de captação e de compreensão do mundo que lhes aparece, em suas relações com ele, não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo (FREIRE, 1987, p.71).

Entretanto, foi necessário que o projeto levasse os estudantes a refletirem, aprofundarem e conhecerem mais profundamente a luta e/ou preconceitos que as mulheres enfrentam diariamente, para manter as características culturais do Grupo, nesta etapa houve muito diálogo entre os estudantes, integrantes do Grupo e educadora havendo muitas trocas de experiências e aprendizados entre ambas as partes. Para Freire (1987).

Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos de autoridade” já não valem. Em que, para ser-se, funcionalmente, autoridade, se necessita de *estar sendo com* as liberdades e não *contra* elas (FREIRE, 1987, p.68)

Durante o desenvolvimento de todas as etapas do projeto foi visível a presença do diálogo e aprendizados entre o Grupo de Mulheres e os estudantes, seja na sala de aula ou fora da escola. Aumentou a participação e o interesse dos estudantes pelas aulas, o amadurecimento dos jovens que passaram a valorizar os costumes do assentamento, a partir do momento em que os estudantes conheceram a história narrada por moradores e representante do Grupo de Mulheres, esta atividade proporcionou aos estudantes conhecer de forma visível as lutas e enfrentamentos que essas pessoas tiveram para conquistar o assentamento. Para Freire, (1987).

Por isto, o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidariza o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar ideias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples trocas de ideias a serem consumidas pelos permutantes (FREIRE, 1987, p.79)

Desta maneira, os saberes transmitidos pelo Grupo de Mulheres para os estudantes, traziam reflexões sobre os conhecimentos cultural, social e econômico, pois discutimos os diversos problemas sociais existentes no assentamento, tais como: preconceito na comunidade para com as atividades desenvolvidas pelo grupo, a falta de espaço dentro e fora da comunidade, a falta de credibilidade das pessoas da comunidade para desenvolvimento das

atividades em Grupo, a falta de reconhecimento, partindo dos membros e representantes da comunidade e até autoridades Municipais. Além de abranger as quatro áreas do conhecimento: Letras, Matemática, Ciências Humanas e Sociais e Ciências Agrárias e da natureza.

Através desta atividade foi possível conhecer problemas e dificuldades enfrentadas por outras organizações do assentamento (associação e igreja) na qual não nos aprofundamos, por falta de tempo para realizar as pesquisas. Trabalhar estas atividades diretamente com pessoas que viveram e vivem até hoje lutando para conseguir manter a identidade cultural do assentamento, trouxe elementos riquíssimos para a pesquisa. Porém durante as atividades foi perceptível a preocupação dos moradores com a rotatividade de pessoas que chegam e saem do assentamento, sendo que os novos moradores não fizeram parte das lutas e desafios enfrentados para conquista do assentamento, e por esse motivo os antigos acreditam que está acontecendo uma perda de identidade irreparável dos costumes e tradições.

Evitar este tipo de evasão é um desafio muito grande enfrentado pelos moradores, pois é preocupante a situação de um agricultor que vende seu lote para morar na cidade. Fica a impressão, que os anos sofridos de acampamento perdem seu valor, seu sentido, quando o agricultor abre mão de sua terra para sobreviver nas periferias das grandes cidades, em nome de um progresso que só traz sofrimento.

Em relação ao projeto desenvolvido no assentamento, cabe salientar que foi indispensável a participação dos estudantes em sala de aula, as interações entre conteúdos e aprendizagens significativas foram os elementos principais no desenvolvimento da pesquisa. Outro momento considerado pelos estudantes o mais importante foi a produção das receitas escolhidas por eles em sala de aula, pois neste momento, os conhecimentos adquiridos através da pesquisa passaram a ser um produto palpável, pois além de prestarem atenção nas orientações das mulheres eles ajudaram a produzir as receitas. Todas as etapas do trabalho aconteceram com muita interação entre a turma e o Grupo de Mulheres, possibilitando aos estudantes muitos aprendizados, pois como afirma a estudante Nayelle Sousa: “Essas Mulheres podem nos ensinar a viver em comunhão e em grupo com muita harmonia”. A foto mostra a confecção das receitas com as mulheres do grupo em sala de aula:



Figura 16 e 17: Produção das receitas com as Mulheres e os estudantes.
Fonte: trabalho de campo 2014.

Durante o desenvolvimento do trabalho os estudantes tiveram a oportunidade de exercitar sua criatividade, pois tivemos que pensar como faríamos para conseguir os ingredientes das receitas, organizar os dias em que aconteceria as oficinas das Mulheres, confeccionar o cordel contando a história desde o projeto observação intervenção e a continuidade do projeto na turma. Para desenvolvimento do trabalho foi necessário percorrer diversos caminhos para conseguir chegar ao resultado final, no qual resultou em dois produtos: O livro de receita e o cordel descrevendo todas as etapas do trabalho desenvolvido na turma.

O projeto foi realizado no período em que organizávamos a Feira Cultural das escolas José Cordeiro da Silva, Balbina Pereira Costa e João José Barbosa, esta festa tem como objetivo aproximar os estudantes a realidade vivida no assentamento, além de arrecadar fundos para melhorias na instituição. Esta renda é realizada através das vendas dos produtos produzidos pelos professores e estudantes do assentamento.

A Feira cultural começou a ser planejada no ano de 2009 quando a direção daquela época sentiu a necessidade de planejar uma festa que trabalhasse os conhecimentos do assentamento, nessa época a proposta do projeto era a interdisciplinaridade entre as disciplinas nos quais os conteúdos a serem trabalhados abrangeria todas as áreas do

conhecimento. Apesar das dificuldades no desenvolvimento das atividades por se tratar de atividades que eram desconhecidas pelos educadores foi visível a relação de ensino-aprendizagem entre estudantes e professores.

Outro objetivo para a realização da Feira Cultural era arrecadar fundos para serem investidos na melhoria da instituição. Após seis anos de promoção da Feira Cultural a escola José Cordeiro da Silva conseguiu comprar os seguintes itens: um bebedouro industrial, uma máquina de xérox e impressão, mesas e bancos para o refeitório, mesa e cadeira para a sala dos professores, quadros brancos para todas as salas, um aparelho retroprojeter e bancadas para a sala de informática.

Os produtos que são produzidos para serem vendidos da Feira Cultural exemplifico a seguir: as comidas típicas: doce, licor e o bombom de cupuaçu, a castanha do Pará cristalizada, bolos de tapioca, macaxeira, milho, trigo e puba, porções de carne na chapa, galinha caipira e pato no tucupí. Conforme mostra a foto a seguir:



Figura 18: Bombom com recheio de cupuaçu.
Fonte: trabalho de campo 2014.



Figura 19: Castanha do Pará cristalizada.
Fonte: trabalho de campo 2014.

É importante ressaltar que todas as receitas produzidas para a Feira Cultural, tem a contribuição das famílias do assentamento, pois contribuem como podem, seja na mão-de-

obra para produzirem as receitas ou com doação de dinheiro para comprarem os ingredientes que serão utilizados nas receitas. Colaboração essa, muito importante para a escola, pois com as doações feitas pelos pais e patrocinadores aumenta os lucros da festa contribuindo para a escola sobreviver com pouca ajuda diretamente da Secretaria Municipal de Educação (SEMED).

Os professores e estudantes trabalham também com bordados (ponto cruz e bordados de fitas) pinturas em tecidos (toalhas, panos de prato, conjuntos de estante e almofadas), além de produtos de crochês, para esta produção também é importante ressaltar que algumas mães e moradoras do assentamento, na época de confecção dos produtos para a Feira Cultural se colocam a disposição da escola, ajudando de acordo com as suas habilidades. A toalha abaixo é exemplo desta produção.



Figura 20: Toalha com bico e flores de crochê.

Fonte: Trabalho de campo, 2014.

Além, de diversos artesanatos confeccionados com recursos naturais encontrados no assentamento, cujo objetivo, desta produção é mostrar aos educandos que é possível produzir coisas lindíssimas com recursos encontrados na comunidade como por exemplo (cachos e sementes do açaí, e o ouriço da castanha-do-pará). Recursos estes existentes em abundância

na reserva do assentamento, e em alguns lotes. A fotografia a seguir mostra um exemplar de artesanato confeccionado com produtos/materiais do assentamento.



Figura 21: Artesanato produzido pelos docentes/discentes.
Fonte: trabalho de campo 2014

Outro objetivo importante para realização da Feira Cultural que vai além de levantar fundos monetários para a melhoria das escolas, é apresentar aos moradores do assentamento e visitantes, os saberes que são oriundos de anos de história do assentamento. Nesta perspectiva a escola trabalha os saberes do grupo de mulheres quando trabalham os pratos típicos, trabalham a consciência de preservação ambiental, quando produzem os enfeites com recursos adquiridos no próprio assentamento, além de valorizar os conhecimentos empíricos das mães, estudantes e moradoras do assentamento, quando estas confeccionam os produtos de crochê e ponto cruz, cujo intuito dessas mulheres é produzir uma maior quantidade de produtos, para aumentar o faturamento das escolas.

A Feira Cultural estabelece uma relação importante entre a comunidade e a escola. Os conteúdos ministrados nas aulas apresentam o histórico do assentamento, histórico do grupo de mulheres, relatados por pessoas que participaram da luta pela conquista da terra, ministram também conteúdos que apresentam os problemas envolvendo as mudanças de paisagem, os desmatamentos em grande escala, os meios de produção, meios de transporte e

religiosidade local. Dessa maneira, os professores deixam de depositar conteúdos nos estudantes, para se tornarem sujeitos problematizadores.

Quanto a prática “bancária” da educação, é anti-dialógica por essência, e por isto mesmo, não comunicativa, o professor deposita no estudante o conteúdo programático da educação, que ele mesmo elabora ou elaboram para ele, já na prática problematizadora, que tem por excelência o diálogo, o conteúdo jamais é “depositado”, se organiza e se constitui na visão de mundo dos estudantes, em que se encontram seus temas geradores (FREIRE, 1987).

Freire (1987) afirma ainda:

Quanto mais se problematizam os educandos, como seres no mundo e com o mundo, tanto mais se sentirão desafiados. Tão mais desafiados, quanto mais obrigados a responder ao desafio. Desafiados, compreendem o desafio na própria ação de captá-lo. Mais precisamente porque captam o desafio como um problema em suas conexões com outros, num plano de totalidade e não como algo petrificado, a compreensão resultante tende a tornar-se crescentemente crítica, por isto, cada vez mais desalienada. (FREIRE, 1987, p.70).

Na prática das atividades para a realização da Feira cultural, seja em sala de aula ou fora do ambiente escolar, o professor consegue de certa forma desafiar os estudantes a buscar e refletir sobre os diversos conteúdos discutidos nas aulas. Nessa prática o diálogo existente entre professor, estudante e membros do assentamento é transformado em conhecimentos significativos para ambos os sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem. Dessa maneira a educação perpassa por vários ambientes, seja nas construções ou nas desconstruções de saberes. Brandão (2007), enfatiza a questão da educação e seus diversos ambientes. [...] não há uma forma única nem um modelo de educação; a escola não é o único lugar onde ela acontece e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a sua única prática e o professor profissional não é o seu único praticante (BRANDÃO, 2007, p. 9).

Portanto, os jovens do campo estão cada vez mais em busca de conhecimentos relacionados as suas vivências cotidianas, pois como dizem os estudantes “A educação oferecida no campo é boa, porque aqui os professores se importam mais com os alunos”. (Fala de estudantes, no desenvolvimento das atividades da Feira Cultural, 2014). Nesse contexto, observa-se que mudanças nas estratégias de ensino/aprendizagens facilitam a compreensão dos estudantes, bem como, a aprendizagem se torna significativa por se tratar da valorização dos saberes e vivências da realidade local. Nesta perspectiva Freire (1996) discute, as

principais tarefas da escola, bem como o papel dos educandos, neste centro de produção de conhecimento:

Uma das tarefas principais da escola, como centro de produção sistemática de conhecimento, é trabalhar criticamente inteligibilidade das coisas e dos fatos e a sua comunicabilidade. É imprescindível, portanto que a escola instigue constantemente a curiosidade do educando em vez de “amaciá-la” ou “domesticá-la”. É preciso mostrar ao educando que o uso ingênuo da curiosidade altera a sua capacidade de achar e obstaculiza a exatidão do *achado*. É preciso por outro lado e, sobretudo, que o educando vá assumindo o papel de sujeito da produção de sua inteligência do mundo e não apenas o de *receptor* da que lhe seja transferida pelo professor. (FREIRE, 1996, p. 46).

Na tentativa da produção de conhecimentos baseado na realidade dos estudantes, o educador educando não pode esquecer que a postura deles é dialógica, aberta, curiosa, indagadora e não apassivada, enquanto falam ou enquanto ouve. O que importa é que professor e alunos se assumam epistemologicamente curiosos (FREIRE, 1996, p.33).

Apesar das várias dificuldades enfrentadas pelos educadores da escola José Cordeiro da Silva, em desenvolver os vários projetos que valorize a cultura do assentamento, seja nas festas da comunidade ou nas aulas cotidianas, é visível perceber que os estudantes deixaram de ser alheios a própria realidade e passaram a dar importância aos vários saberes do assentamento, que antes eram desconhecidos por esses jovens.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos educadores em relação ao campo das pesquisas e valorização dos saberes do assentamento, devido a grande maioria dos profissionais não residirem e não conhecerem a realidade da maioria dos estudantes da escola, é importante ressaltar que está acontecendo mudanças relacionada aos conteúdos entre elas, podemos apresentar os conteúdos ministrados referentes a feira cultural e a festa de aniversário do assentamento que são produzidas no intuito de valorizar a cultura local. Os conteúdos ministrados refere-se basicamente a realidade do assentamento, entre eles está: Os meios de produção e as principais diferenças nas paisagens do assentamento, além de pesquisarmos juntamente com os estudantes a religiosidade local e o histórico do assentamento.

Dessa maneira percebe-se que ainda está no início a busca por uma educação que valorize os conhecimentos dos estudantes da escola José Cordeiro da Silva, apesar de haver tentativas de diálogo entre os conhecimentos empíricos dos estudantes e os conteúdos escolares, é evidente que nem todos os profissionais da escola tem a facilidade de entender e

compreender a realidade do assentamento e tampouco transmitir esses saberes nas aulas. Sabemos que não haverá mudanças significadas na escola enquanto cada educador trabalhar sozinho e por conta própria, e os estudantes não sejam envolvidos como participantes ativos no processo de transformação (CALDART, 2015, p.120).

Buscamos uma escola, onde os educadores se preocupem em se envolver e compreender a realidade de seus estudantes, para somente depois planejar suas ações dentro de sala de aula e é nesse sentido que Caldart (2015) afirma, a escola deve ser pensada para que nela tudo seja educativo, não apenas o dito, mas o visto, o vivido, o sentido, o participado e o produzido. Esse é o jeito de uma escola ser e funcionar, o que nela acontece e como ela se relaciona com a comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como meta analisar alguns saberes que o Grupo de Mulheres do Projeto de Assentamento Castanhal Araras reconstróem, e como esses conhecimentos tradicionais são desenvolvidos na comunidade. Para realização deste trabalho utilizamos o método da pesquisa qualitativa por se tratar de uma temática que envolve elementos sociais e culturais do assentamento.

Durante a elaboração trabalho houve momentos de pesquisa individual com membros do assentamento no qual foi necessário realizar entrevistas com pessoas que estavam presentes no processo de desapropriação da fazenda, e com pessoas que não estavam presentes nesse processo, mas que fazem parte do grupo de mulheres do assentamento nos dias da pesquisa. Houve também o momento de interação entre as integrantes do grupo de mulheres e os estudantes da escola José Cordeiro da Silva, onde nesse encontro tivemos como produtos, um livro com as principais receitas do grupo de mulheres e do assentamento, além de, produzirmos juntamente com os estudantes um pequeno cordel onde este relatava o processo de desenvolvimento deste trabalho realizado principalmente com a turma do 9º ano do ensino fundamental.

Apresentar aos estudantes e moradores do assentamento, o conhecimento empírico do grupo de mulheres, as práticas e saberes que foram adquiridas ao longo dos anos seja, do trabalho em grupo ou da experiência familiar de trabalhar com os derivados do cupuaçu ou castanha-do-pará, tornou-se uma experiência riquíssima tanto para os estudantes como para as participantes do grupo, que viram no desenvolvimento da pesquisa uma proximidade maior entre os saberes do grupo de mulheres e os conteúdos escolares da escola José Cordeiro da Silva.

Perceber que os olhares dos estudantes em relação ao trabalho desenvolvido pelo grupo de mulheres, passou a ter um valor social e cultural para os jovens que antes desconheciam o trabalho exercido pelo grupo de mulheres do assentamento. Nessa perspectiva posso afirmar que, atividades como esta proporcionam aos estudantes e demais pessoas envolvidas no processo de desenvolvimento do projeto aprendizagens significativas que valoriza a realidade dos estudantes facilitando a compreensão da realidade vivida por esses jovens que são tão alheios a realidade em que vivem.

Acredito que tanto para as mulheres do grupo como para os estudantes, o desenvolvimento deste projeto proporcionou momentos interessantes relacionado a cultura do assentamento, cultura esta que está se perdendo pelo fato dos jovens da comunidade não valorizarem os conhecimentos do grupo de mulheres que existe no assentamento deste o processo de conquista da terra.

As experiências deste trabalho foram ricas e proveitosas para ambos, espero que os estudantes continuem valorizando os diversos saberes do assentamento, sem deixar que o tempo invisibilize esses saberes deixando de ter a devida importância para os jovens e moradores do assentamento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Antropologia dos arquivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção primeiros passos; 20).

BUTTO, Andrea; HORA, Karla Emmanuela R. **Mulheres e reforma agrária no Brasil**, In: LOPES, Adriana L., BUTTO, Andrea. (orgs.) **Mulheres na reforma agrária a experiência recente no Brasil**. Brasília-DF : MDA, 2008. 240 p. (Nead Debate ; 14).

CALDART, Roseli Salete. **Caminhos para Transformação da Escola**. In: CALDART, Roseli Salete; STEDILE, Miguel Enrique; DAROS, Diana (Orgs.), **Caminhos para a Transformação da Escola 2**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

CERQUEIRA, Edmilton. Política de Desenvolvimento Sustentável para Povos e Comunidades Tradicionais. IN: Cerqueira et. Al (orgs), **Os povos e comunidades Tradicionais: E o Ano Internacional da Agricultura Familiar**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral – memória – tempo – identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

FARIAS, Maria Dolores Mota. **Nem caladas, nem silenciadas: as falas das mulheres trabalhadoras e a desconstrução de sujeitos políticos tradicionais** In: FERREIRA Mary (org) **Os poderes e os saberes das Mulheres: a Construção do Gênero**. Salvador: Redor, 2001.

FREIRE, Paulo, **Pedagogia da Autonomia**, 25ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo, **Pedagogia do Oprimido**, 17ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed.-São Paulo: Contexto, 2010.

HORA, Karla; LEITE, RENATA. Políticas para mulheres rurais e a sua interface com a promoção do Etnodesenvolvimento de povos e Comunidade Tradicionais: uma reflexão a Partir das Mulheres Quilombolas. IN: Cerqueira et.al (orgs), **Os povos e comunidades Tradicionais: E o Ano Internacional da Agricultura Familiar**. Brasília, MDA, 2015, 208 p.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudos do campesinato na Amazônia**/ Jean Hébette. Belem: EDUFPA, 2004.

MARTINS, Adalberto, et al. Seminário sobre o Ensino de Ciências da Natureza nas Escolas do Campo. In: CALDART, Roseli Salete; STEDILE, Miguel Enrique; DAROS, Diana

(Orgs.), **Caminhos para a Transformação da Escola 2**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. O Desafio da Pesquisa Social. In: MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.), **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 28. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Sousa. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, Maria Cecília de Sousa (Org.), **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. 28. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

PEREIRA, João Neves. **São João do Araguaia: sua história, sua gente**. São João do Araguaia, PA, 2004.

SCOTT, Joan W. **História das mulheres**. In. BURKE, Peter. (Org.) A Escrita da História: Novas Perspectivas. São Paulo: Unesp. 1992.

ANEXOS

Cordel relatando o projeto de intervenção realizado na escola José Cordeiro da Silva com a turma do 9º ano e o grupo de mulheres do Projeto de Assentamento Castanhal Araras

Por Castanhal Araras
É nomeado o P.A
Que durante três meses
Nos propomos a pesquisar
O grupo de mulheres
Desse bonito lugar

E através destes versos
Queremos apresentar
Um trabalho realizado
Aqui no nosso P.A
Com a turma do 9º ano
Que pôs-se a pesquisa.

O grupo de mulheres
Aqui do P.A
Que traz nos seus saberes
Muita coisa do lugar
Entre a principal
É a culinária do P.A.

A história deste grupo
Propomos conhecer
Através de oficinas
Organizada com prazer
Cujo objetivo

Era compreender.

A origem deste grupo
E seus variados saberes
Resultado do tempo
E dos muitos afazeres
Das atividades em grupo
Que elas aprenderam.

Pôr as pessoas conhecer
A área do assentamento
A formação do grupo
Foi pensada no acampamento
Cujo objetivo
Já tinham no pensamento.

As mulheres trabalhariam
Com o extrativismo vegetal
Da castanha e do cupu
De maneira artesanal
Produzindo produtos
De forma natural

O doce e o licor
É o produto principal
Feitos de cupuaçu
Com sabor sensacional
Derivado da fruta
De origem regional.

A castanha do Pará é descascada

Vai ao fogo para ser cozinhada
Passam-no açúcar
Para ficar adocicada
Vai ao forno
Para ser finalizada.

A melhor etapa do projeto
Descrevemos a seguir
Foi produzir algumas receitas
E poder sentir
Nessa etapa do projeto
Os conhecimentos a transmitir.

Produzimos em sala
Juntamente com as mulheres
Duas receitas do grupo
Nas quais escolheremos
Para compreender o processo
Depois degustaremos.

A parte mais importante
Do projeto realizamos
Foi fazer a prática
As mulheres cozinhando
Em sala de aula
Junto com nos educandos.

O trabalho com este grupo
Foi bastante planejados
Por todos os envolvidos
Para ser bem trabalhado

Originando os frutos
Que tínhamos esperado.

E com as receitas
Que tínhamos pesquisados
Confeccionamos um livro
Para mostrar os resultados
Das pesquisas realizadas
Aqui na comunidade.

Neste livro escrevemos
A culinária do P.A
As receitas das mulheres
Que vêm valorizar
A cultura do assentamento
Deste bonito lugar.

As atividade nos trouxeram
Um bom ensinamento
Compreender os saberes
Dentro do assentamento
Que a maioria desconhece
Por falta de conhecimento.

E através do projeto
Tivemos a experiência
De compreende o processo
E também nossa vivencia
Desconhecido por nos jovens
Que não tinha consciência.

Da importância de entender
O processo de ocupação
Que gerou muitas lutas
E muita confusão
Para ter a tão sonhada
Desapropriação.

Era a reserva indígena
Em que estavam acampados
Mãe Maria Conhecida
Pôr as lutas ser travadas
Com grandes instituições
Na esfera do estado.

Pôr a área ser indígena
Facilitou a negociação
Da área escolhida
Para a desapropriação
Do novo assentamento
Selando a união.

Este projeto facilitou
A nossa compreensão
De entender os vários saberes
Oriundos da ocupação
Pertencente a esta comunidade
Resultado da união

Queremos agradecer
A todos os envolvidos
No projeto de produção

Que tinha o objetivo
De valorizar os saberes
Que já estavam esquecidos.

Vamos finalizar
O projeto de construção
Dos saberes da comunidade
Na qual houve a produção
Do livro e do cordel
Com muita interação